



Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Mestrado em Higiene e Segurança no Trabalho

Manual de Boas Práticas em Segurança e Higiene no Trabalho -

Centros de Recuperação de Animais Selvagens

Cláudia Sofia Ludovino Matos Silva

Beja

2016

Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Mestrado em Higiene e Segurança no Trabalho

Dissertação apresentada no âmbito da disciplina de Projeto, no Mestrado de Segurança e Higiene no Trabalho, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja para a obtenção do grau de Mestre.

Elaborado por:
Cláudia Matos nº 3461

Orientador Interno:
Dr. Rui Isidoro

Beja

2016

“O meu pensamento está no futuro, pois é lá que passarei o resto de minha vida”.

Charles Kettering

Agradecimentos

A realização deste trabalho permitiu-me conhecer e privar com pessoas extraordinárias, que me ajudaram e me permitiram aumentar substancialmente os meus conhecimentos. Deste modo, gostaria de expressar a minha gratidão a todos que, de forma direta ou indirecta, contribuíram para delinear caminhos e atingir as metas que ambicionei, pelo seu ânimo e apoio constantes, pela sua permanente disponibilidade e os seus conhecimentos singulares.

Agradeço, de uma forma muito especial, ao Dário Cardador, pela amizade e pelo modo estimulante e rigoroso, como me orientou, apoiado sempre em críticas construtivas, em ideias pertinentes para o desenvolvimento do trabalho e no incentivo constante que me foi transmitindo.

Ao meu orientador Professor Doutor Rui Isidoro, pela ajuda e orientação.

Gostaria de agradecer à Cláudia Santos por toda ajuda, pela amizade incondicional que nasceu neste mestrado, és mais que uma amiga, és uma irmã para mim...

Por fim, fica um agradecimento às pessoas que mais me ajudaram com o seu apoio, compreensão, dedicação, força, entusiasmo e carinho que me deram ao longo destes tempos e momentos mais difíceis, os meus pais e ao meu amor.

A todos, o meu enorme agradecimento e reconhecimento.

Avô sei que apesar de não estares mais junto a mim
quero apenas te dizer que concluí mais um desafio
espero que estejas feliz.

Índice

Resumo ix

Abstract x

1. Glossário	1
2. Introdução	4
2.1. Enquadramento Geral	4
2.2. Enquadramento Legal	6
2.1. Obrigações dos empregadores	7
2.2. Obrigações do trabalhador	9
3. Caracterização da entidade	11
3.1. Localização e descrição da área de estudo	11
3.1.1. A escolha do Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA)	11
3.1.2. Área de estudo	11
3.1.3. Instalações	12
3.1.4. Metodologia usada quando os animais entram no CRASSA.	15
3.2. Edificações e instalações existentes.	16
3.2.1. Sala 1 (um) serve de Enfermaria, sala de Triagem, sala de Esterilização e sala de Registo.	16
3.2.2. Corredor de ligação entre a sala 1 (um) e as salas de quarentena.	17
3.2.3. Instalações de quarentena - existem 2 (duas) no Centro de Recuperação	17
3.2.4. Sala de alimento.	18
3.2.5. Sala de preparação de alimento.	18
3.2.6. Salas de recuperação - existem 8 (oito).	19
3.2.7. Parques de voo - existem 3 (três).	19
3.2.8. Sala de armazenamento de cadáveres	20
3.2.9. WC, banheiros e vestiários	21
3.2.10. Espaço Envolvente	21
3.2.11. Pessoal	21
4. Riscos a que os trabalhadores estão sujeitos nos centros.	22
4.1. Riscos Ergonómicos	22

4.2.	Riscos Físicos	23
4.3.	Riscos Químicos	24
4.4.	Riscos Biológicos	24
4.5.	Risco Psicossocial.....	26
5.	Manual de Boas Práticas	29
5.1.	Introdução	29
5.1.1.	Sala de Recepção e Registo.	29
5.1.2.	Sala de Enfermaria.	29
5.1.3.	Instalações de quarentena - deveriam existir 5 (cinco) no Centro.	30
5.1.4.	Sala de Alimento.....	31
5.1.5.	Sala de Preparação de Alimento.	31
5.1.6.	Zona de Lavagem de Material.	31
5.1.7.	Instalações de Recuperação – idealmente 12 (doze).....	31
5.1.8.	Parques de voo - existem 3 (três).....	32
5.1.9.	Sala de Necrópsias.....	32
5.1.10.	Banheiros e Vestiários.....	32
5.1.11.	Refeitório	33
5.1.12.	Pessoal	33
5.1.13.	Viatura de transporte	33
5.1.14.	Caixas de transporte.....	33
5.1.15.	Espaço Envolvente	34
5.1.16.	Resíduos.....	34
5.1.17.	Visitantes	34
6.	Higiene.....	35
6.1.	Pessoal.....	35
6.1.1.	Instalações, equipamentos e utensílios	36
6.1.2.	Produtos de limpeza	37
6.1.3.	Processo de limpeza e desinfecção (higienização).....	37
6.1.4.	Desinfecção	38
6.1.5.	Armazenamento de produtos de limpeza.	38

6.1.6. Segurança na higienização.	39
7. Conclusão	40
8. Bibliografia.....	45

Índice de Figuras

Figura 3.1 – Localização do Centro Recuperação de Animais de Santo André (Google Earth, 2016).....	11
Figura 3.2 – Centro de Recuperação de Animais Selvagens (foto cedida pelo Dário Cardador 2012).....	12
Figura 3.3 – Espaço “ Lontra em Liberdade” (foto cedida pelo Dário Cardador 2012).	13
Figura 3.4 – Instalações (foto cedida pela Quercus 2012).	13
Figura 3.5 – Observação do animal (foto cedida pela Quercus 2009).	15
Figura 3.6 – Sala 1 (um) usada como enfermaria, sala de triagem, sala de esterilização e sala de registo (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).....	16
Figura 3.7 – Corredor de entrada entre a sala 1 e a sala de quarentena (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).	17
Figura 3.8 – Instalações de quarentena (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).....	18
Figura 3.9 – Sala de alimento (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).	18
Figura 3.10 – Sala de preparação de alimento (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).	19
Figura 3.11 – Salas de recuperação (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).	19
Figura 3.12 – Parques de voo (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).....	20
Figura 3.13 – Sala de armazenamento de cadáveres (foto tirada por Cláudia Matos setembro 2016).....	20
Figura 5.1 – Sugestões para manter o corpo limpo.	36

Abreviaturas

AV - Avaliação de Riscos;

CRASS - Centros de Recuperação de Animais Selvagens;

CITES - Comercio Internacional dasEspécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção;

DGV - Direcção-Geral de Veterinária;

DL - Decreto-Lei;

EPIs - Equipamentos de Protecção Individual;

FVE - Federação dos Veterinários da Europa;

HACCP - Análise de Perigos e Controlo dos Pontos Críticos;

HST - Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho;

NIOSHI - National Institute for Occupational Safety and Health;

O.M.S - Organização Mundial de Saúde;

POP - Procedimento (s) Operacional (is) Padrão (ões);

Resumo

Esta dissertação destina-se a todos os usuários dos Centros de Recuperação de Animais Selvagens.

É um documento que pretende contribuir para uma cultura de segurança nos Centros de Recuperação através da introdução de regras e de normas de segurança que atuam desde a chegada do animal até à sua libertação ou transferência para outra entidade.

Saliente-se que esta dissertação não pode cobrir todos os aspetos relacionados com segurança: ainda que uma prática perigosa não esteja mencionada, a omissão não pode ser usada como desculpa para isentar de responsabilidades os indivíduos que a executam.

A avaliação de riscos é a base para a prevenção de acidentes e doenças profissionais. Esta deverá ser cuidadosamente efetuada e adequada à realidade de cada Centro de Recuperação de Animais Selvagens. Assim, temos que garantir que todos os riscos relevantes são identificados e são indicadas as respetivas medidas de prevenção. É igualmente necessário assegurarmos a verificação da sua eficácia, o devido registo dos resultados e a sua avaliação em intervalos regulares.

Realizar esta avaliação em diferentes atividades permite identificar, em cada uma delas, as tarefas com riscos mais elevados e definir as prioridades de intervenção.

Palavras-Chave: Avaliação de Riscos; Análise de Riscos; Valoração de Riscos; Perigo; Risco.

Abstract

His thesis is intended for all users of wild animal's recovery centers.

It is a document which aims to contribute to a culture of safety in the recovery centers by introducing rules and norms of security that would apply from the moment an animal arrives until its release or transfer to another entity.

It should be noted that this essay cannot cover all aspects of safety: although a dangerous practice is not mentioned, omission cannot be used as an excuse to protect individuals who perform it.

Risk assessment is the basis to prevent accidents and professional disease. This should be done carefully and appropriate to the reality of each recovery centers for wild animals. Thus, we must ensure that all relevant risks are identified and given the respective preventive measures. It is equally important to ensure verification of its effectiveness, good record of results and evaluation at regular intervals.

Carrying out this evaluation in different activities allows us to identify, in each of them, the tasks of greater risk and to define the intervention priorities.

Keywords: Risk Evaluation; Risk analysis; Risk assessment; danger; Risk.

1. Glossário

Os termos “**perigo**” e **risco**” nem sempre são utilizados de forma unívoca em todos os países e nas diversas situações.

Perigo: fonte ou situação com potencial para o dano, em termos de lesões ou ferimentos para o corpo humano ou de danos para a saúde, para o património, para o ambiente do local de trabalho, ou uma combinação deste (NP 4410,2004). Segundo Comissão Europeia, 1996 é a propriedade ou capacidade intrínseca de uma coisa (materiais, equipamentos, métodos e práticas de trabalho, por exemplo) potencialmente causadora de danos;

Riscos: combinação de probabilidade e da (s) consequência (s) da ocorrência de um determinado acontecimento perigoso (NP 4410,2004). Segundo Comissão Europeia, 1996 – a probabilidade do potencial danificador ser atingido nas condições de uso e/ou exposição, bem como a possível amplitude do risco. É então entendido que o perigo reporta-se a uma condição estática de algo com potencial para causar um dano, a título de exemplo ferramentas, máquinas, produtos, métodos de trabalho. Um perigo não conduz necessariamente a danos, mas a existência de um perigo significa a possibilidade de ocorrerem danos.

Acidente de trabalho: acidente que se verifique no local e tempo de trabalho e produz direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou a morte.

Acidente fatal: acidente que provoca a morte do trabalhador.

Acidente grave: acidente que provoca lesões incapacitantes no trabalhador.

Avaliação de riscos: é o processo de avaliar o risco para a saúde e segurança dos trabalhadores no trabalho decorrente das circunstâncias em que o perigo ocorre no local de trabalho.

Dano: lesão (física ou psíquica) para a saúde, prejuízo para os materiais, para o ambiente ou combinação destes. Um dano constitui uma consequência negativa de uma situação.

Doença profissional: doença em que se prova a relação causa-efeito entre a exposição a factores de risco existentes no local de trabalho e o seu efeito nocivo na saúde do trabalhador, constando do diploma legal da Lista de Doenças Profissionais.

Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos de origem física, química ou biológica que sejam considerados nocivos para saúde dos animais.

Contaminação física: contaminantes de natureza física - corpos estranhos que podem ser incorporados ao alimento em qualquer fase de sua produção. Os mais comuns são: vidros, metais, madeiras, plásticos, pedras, pragas, etc.

Contaminação química: contaminantes de natureza química - qualquer produto químico e seus resíduos não previstos na composição de um alimento e incorporados equivocadamente em qualquer fase de sua produção. Os mais comuns são: produtos de limpeza, pesticidas, metais pesados, aditivos, antibióticos etc.

Contaminação biológica: contaminantes de natureza biológica - os microrganismos encontrados em alimentos manipulados, especialmente os capazes de deteriorarem o alimento e/ou causarem patologias em seus consumidores. Os mais comuns são: fungos, leveduras, vírus e bactérias.

Contaminação cruzada: contaminação de um produto destinado à alimentação animal com outro produto durante o processo de produção ou contaminação gerada pelo contato indevido entre matérias-primas, insumo, superfície, ambiente, pessoas e/ou produtos contaminados.

Desinfecção: é a redução, por meio de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microrganismos no ambiente, instalações, maquinários e utensílios a um nível que não origine contaminação do produto que será elaborado.

Higienização: limpeza e desinfecção.

Procedimento (s) Operacional (is) Padrão (ões) - POP: é a descrição pormenorizada e objetiva de instruções, técnicas e operações rotineiras a serem utilizadas pelos operadores no centro destinados à alimentação animal, visando à proteção, à garantia de preservação da qualidade e da inocuidade das matérias-primas e produto final e a segurança dos manipuladores.

Equipamentos de Proteção Individual (EPI): é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho, por exemplo: máscara; avental; luvas; botas e óculos.

Equipamento de trabalho: qualquer máquina, aparelho, ferramenta ou instalação utilizado no trabalho.

Incidente ou quase acidente: ocorrência com características semelhantes a uma situação de acidente, mas que não provoca danos ou lesões significantes.

Prevenção: conjunto de políticas e programas, disposições e medidas tomadas nas fases de licenciamento e de exploração da atividade da empresa, estabelecimento ou serviço que vise eliminar, ou diminuir, os riscos profissionais a que estão potencialmente expostos os trabalhadores.

A higiene e a segurança: são duas atividades que estão intimamente relacionadas com o objetivo de garantir condições de trabalho capazes de manter um nível de saúde dos colaboradores e trabalhadores de uma empresa.

Segundo a O.M.S.: Organização Mundial de Saúde, a verificação de condições de Higiene e Segurança consiste "num estado de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença e enfermidade".

A higiene do trabalho: propõe-se combater, dum ponto de vista não médico, as doenças profissionais. Identifica os fatores que podem afetar o ambiente do trabalho e o trabalhador, visando eliminar ou reduzir os riscos profissionais (condições inseguras de trabalho que podem afetar a saúde, segurança e bem estar do trabalhador).

A segurança do trabalho: propõe-se combater, também dum ponto de vista não médico, os acidentes de trabalho, quer eliminando as condições inseguras do ambiente, quer educando os trabalhadores a utilizarem medidas preventivas.

2. Introdução

A presente dissertação pretende divulgar as regras de boas práticas aplicáveis às atividades realizadas nos Centros de Recuperação de Animais Selvagens (CRASS). O seu foco incidirá em todo o processo: instalações, funcionários, preservação, armazenamento de medicamentos e alimentos, libertação dos animais, etc. Este tema surge da necessidade de definição de guidelines que determinem as ações a pôr em prática pelas instituições que realizam as referidas atividades.

2.1. Enquadramento Geral

O CRASS são locais de trabalho que não são necessariamente perigosos, desde que sejam tomadas certas precauções. Todo aquele que trabalha em CRAS deve ter responsabilidade no seu trabalho e evitar atitudes que possam acarretar acidentes e possíveis danos para si e para os demais. Deve ainda prestar atenção à sua volta e prevenir-se contra perigos que possam surgir do trabalho de outros, além do seu próprio.

Os acidentes resultam normalmente de uma atitude indiferente dos utilizadores, da ausência de senso comum, da falha no cumprimento das instruções a seguir ou da pressa em terminar uma dada tarefa. Os acidentes podem ser evitados, ou pelo menos, terem as consequências minimizadas, desde que sejam tomadas as devidas precauções. Para isso é fundamental ter sempre presente que a segurança no trabalho depende da ação de todos e não apenas das pessoas encarregadas especificamente em promover-la.

Antes de qualquer trabalho o operador deve estar informado sobre os riscos existentes num CRAS. Este deve ainda ter por hábito planear o trabalho que vai realizar, pois só assim o poderá executar com segurança.

A Portaria nº1112/2009 de 28 de setembro surgiu com o início da construção de Centros de Recuperação de Animais Selvagens. Devido a causas naturais ou outras atribuídas à ação do homem, muitos animais silvestres são encontrados feridos ou debilitados. Para além destas causas, vários são os fatores porque são recolhidos ou apreendidos animais silvestresque necessitam de acolhimento, tratamento e recuperação.

Por exemplo: a aplicação da legislação relativa à proteção das espécies indígenas, designadamente as Diretivas Comunitárias sobre Aves e Habitats; a Convenção relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna) e as indicações relativas às espécies silvestres ameaçadas listadas nos anexos da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES).

Assim, para dar resposta a estas situações, entidades públicas e privadas são responsáveis por um conjunto de polos de receção e Centros de Recuperação de Animais Selvagens. Estes locais respondem às exigências de carácter regulamentar, éticas e outras, quanto a assegurar adequadamente o tratamento, o bem-estar, a recuperação e, sempre que possível, a restituição ao meio natural.

Constatando-se a necessidade de articular as ações dos vários Centros e estabelecer requisitos de funcionamento, a presente portaria estabelece e regulamenta a Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna, cuja coordenação será assegurada pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., em articulação com a Direcção-Geral de Veterinária (DGV) e com a DHR. Os centros neles enquadrados partilham objetivos comuns, contribuindo para a conservação da biodiversidade nas suas vertentes *in situ* e *ex situ*, para o conhecimento científico e para a promoção da educação ambiental (Portaria 1112/2009).

Ainda que as boas práticas se confundam muitas vezes com os requisitos exigidos pela legislação aplicável (Anexo I), estas dizem respeito à implementação de um sistema de controlo e acompanhamento da qualidade, com o objetivo de garantir a qualidade do tratamento dado aos animais e a segurança dos técnicos.

Estas regras de boas práticas não visam, de forma alguma, travar a evolução de novas tecnologias ou de novos conceitos, desde que estas sejam validadas e procurem um nível de garantia e de eficácia pelo menos equivalente aos previstos por estas regras de boas práticas, e cumpram com os requisitos legais aplicáveis (Anexo I).

Os objetivos principais desta dissertação são a informação e a sensibilização dos colaboradores dos Centros de Recuperação de Animais Selvagens e a divulgação dos conhecimentos básicos e fundamentais na área da higiene e segurança.

Além de transmitir noções de microrganismos e contaminação, o manual orienta no sentido de uma boa higiene pessoal dos manipuladores, sensibiliza para o correto acondicionamento dos géneros alimentícios (dos animais), fala sobre a higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios. Aborda ainda o controlo de pragas, apresenta uma breve introdução à aplicação do sistema HACCP (Análise de Perigos e Controlo dos Pontos Críticos), entre outros aspetos.

Desta forma, espero que com este trabalho possa contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado nos estabelecimentos dos respetivos Centros de Recuperação de Animais Selvagens, de forma a receber condignamente os seus visitantes/turistas e manter os animais que se encontram em recuperação em boas condições.

2.2. Enquadramento Legal

As atividades de Segurança e Higiene no Trabalho têm como objetivo contribuir para a eliminação dos riscos profissionais (Anexo II) e quando tal não for possível indicar as medidas necessárias para reduzi-los a níveis aceitáveis. Assim sendo, o presente trabalho tem como função não só enumerar os riscos de acidentes presentes e as suas respetivas medidas preventivas, como também fornecer algumas diretrizes. Estas diretrizes propõem uma perspetiva de melhoria continua tanto nas condições de segurança e higiene como no bem-estar dos trabalhadores mediante uma organização cuidada dos seus respetivos métodos e postos de trabalho.

Neste contexto não pode ser descurado o caráter dos princípios gerais de prevenção. Estes princípios foram definidos primeiramente pela Diretiva Quadro nº 89/391/CE, de 12 de junho relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, alterada pela Diretiva nº200//30/CE do conselho de 20 de junho e transportada para a ordem jurídica interna pela Lei nº102/2009 de 10 de setembro onde constam os seguintes princípios:

- Evitar os riscos;
- Avaliar os riscos que não possam ser evitados;
- Combater os riscos na origem;

Adaptar o trabalho ao Homem especialmente no que se refere à conceção dos postos de trabalho bem como à escolha dos equipamentos de trabalho e dos métodos de trabalho e de produção, tendo em vista, nomeadamente, atenuar o trabalho monótono e o trabalho cadenciado e reduzir os efeitos destes sobre a saúde;

- Ter em conta o estágio de evolução da técnica;
- Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- Planificar a prevenção com um sistema coerente que integre a técnica, a organização do trabalho, as condições de trabalho, as relações sociais e a influência dos factores ambientais no trabalho;

Dar prioridade às medidas de prevenção coletiva em relação às medidas de proteção individual;

- Dar instruções adequadas aos trabalhadores.

A cada um destes princípios cabe uma função específica que pretende ajudar a compreender e a implementar na prática os mecanismos necessários à diminuição do número de acidentes de trabalho que se registam anualmente nos diversos setores de atividade.

Neste projeto de Identificação e Avaliação de Riscos (AV) é necessário que seja elaborado uma base de dados com lei, regulamentos, normas e programas internacionais e nacionais que a organização deverá cumprir no âmbito de SHT.

2.1. Obrigações dos empregadores

O Decreto-Lei 102/2009 estabelece também as Obrigações Gerais dos Empregadores, sendo que o empregador é obrigado a assegurar aos trabalhadores condições de Segurança, Higiene e Saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho. Constituem obrigações do trabalhador:

- a) Cumprir as prescrições de segurança e de saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais e em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, bem como as instruções determinadas com esse fim pelo empregador;

b) Zelar pela sua segurança e pela sua saúde, bem como pela segurança e pela saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho, sobretudo quando exerça funções de chefia ou coordenação, em relação aos serviços sob o seu enquadramento hierárquico e técnico;

c) Utilizar corretamente e de acordo com as instruções transmitidas pelo empregador, máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos e meios postos à sua disposição, designadamente os equipamentos de proteção colectiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;

d) Cooperar ativamente na empresa, no estabelecimento ou no serviço para a melhoria do sistema de segurança e de saúde no trabalho, tomando conhecimento da informação prestada pelo empregador e comparecendo às consultas e aos exames determinados pelo médico do trabalho;

e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico ou, não sendo possível, ao trabalhador designado para o desempenho de funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho, as avarias e deficiências por si detetadas que se lhe afigurem susceptíveis de originarem perigo grave e iminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;

f) Em caso de perigo grave e iminente, adotar as medidas e instruções previamente estabelecidas para tal situação, sem prejuízo do dever de contatar, logo que possível, com o superior hierárquico ou com os trabalhadores que desempenham funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho.

2 — O trabalhador não pode ser prejudicado em virtude de se ter afastado do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa em caso de perigo grave e iminente nem por ter adotado medidas para a sua própria segurança ou para a segurança de outrem.

3 — As obrigações do trabalhador no domínio da segurança e saúde nos locais de trabalho não excluem as obrigações gerais do empregador, tal como se encontram definidas no artigo 15º.

4 — Constitui contra-ordenação muito grave a violação do disposto na alínea b) do nº 1.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o trabalhador que viole culposamente os deveres referidos no nº1 ou o trabalhador cuja conduta tiver contribuído para originar uma situação de perigo incorre em responsabilidade disciplinar e civil.

2.2. Obrigações do trabalhador

Segundo o Artigo 17º do DL 102/2009 o trabalhador tem obrigação;

a) Cumprir as prescrições de segurança e de saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais e em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, bem como as instruções determinadas com esse fim pelo empregador;

b) Zelar pela sua segurança e pela sua saúde, bem como pela segurança e pela saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho, sobretudo quando exerça funções de chefia ou coordenação, em relação aos serviços sob o seu enquadramento hierárquico e técnico;

c) Utilizar corretamente e de acordo com as instruções transmitidas pelo empregador, máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos e meios postos à sua disposição, designadamente os equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como, cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;

d) Cooperar ativamente na empresa, no estabelecimento ou no serviço para a melhoria do sistema de segurança e de saúde no trabalho, tomando conhecimento da informação prestada pelo empregador e comparecendo às consultas e aos exames determinados pelo médico do trabalho;

e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico ou, não sendo possível, ao trabalhador designado para o desempenho de funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho, as avarias e deficiências por si detetadas que se lhe afigurem susceptíveis de originarem perigo grave e iminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;

f) Em caso de perigo grave e iminente, adotar as medidas e instruções previamente estabelecidas para tal situação, sem prejuízo do dever de contatar, logo que possível, com o superior hierárquico ou com os trabalhadores que desempenham funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho.

2 — O trabalhador não pode ser prejudicado em virtude de se ter afastado do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa em caso de perigo grave e iminente nem por ter adotado medidas para a sua própria segurança ou para a segurança de outrem.

A legislação não determina qual o método de avaliação de riscos a utilizar. No entanto, diversos são os métodos disponíveis, pelo que se considera este estudo importante para a definição de critérios que facilitem a seleção mais adequada ao nível da complexidade do sistema a analisar.

3. Caracterização da entidade

3.1. Localização e descrição da área de estudo

3.1.1. A escolha do Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA)

A escolha do CRASSA como caso de estudo teve como base os seguintes critérios: (i) Único Centro a funcionar no Alentejo; (ii) Não existir qualquer documento de Higiene e Segurança nos Centros de Recuperação de Animais Selvagens; (iii) O meu conhecimento relativamente a este Centro; (iv) A acessibilidade que tenho ao Centro e a ligação que tenho com a avifauna.

3.1.2. Área de estudo

O CRASSA localiza-se no Moinho Novo, Galiza, em Vila Nova de St. André, concelho de Santiago do Cacém. Foi criado pelo Grupo Lontra em 1990 e passou a ser gerido pelo Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus em 1996. Gestão que se manteve até 31 de Dezembro de 2008. Desde 1 de Janeiro de 2009 é um projecto autónomo da Quercus.

O enquadramento geográfico do CRASSA encontra-se na Figura 3.1.



Figura 3.1 – Localização do Centro Recuperação de Animais de Santo André (Google Earth, 2016).

O CRASSA tem como objetivo a recuperação de animais selvagens debilitados, para devolução ao seu habitat natural. Em paralelo desenvolvem-se atividades relacionadas com a conservação da natureza, que não interferem com o processo de recuperação dos animais, tais como ações de formação e de sensibilização, que passam pelas sessões de anilhagem e libertação dos animais aqui recuperados.



Figura 3.2 – Centro de Recuperação de Animais Selvagens (foto cedida por Dário Cardador 2012).

3.1.3. Instalações

Existe no CRASSA o espaço “Lontras em Liberdade!”, criado especificamente para, a recuperação e readaptação de lontras, sendo o único espaço Nacional existente com este objetivo.

Foi criado um cercado feito em estrutura metálica, à volta do lago natural, existente no espaço do núcleo, que com vegetação natural e água corrente, tem as características de um habitat natural.



Figura 3.3 – Espaço “Lontra em Liberdade” (foto cedida pelo Dário Cardador 2012).

O estabelecimento está situado em zona que não apresenta níveis indesejáveis de odores prejudiciais, poeira e outros contaminantes, fora de área de riscos de inundações e alojamento de pragas e longe de outras atividades industriais (Oliveira, K. 2009).

As instalações apresentam construção sólida e sanitariamente (Anexo IV) adequada e todos os materiais utilizados na construção e na manutenção não apresentam risco ao produto final (Oliveira, K. 2009).

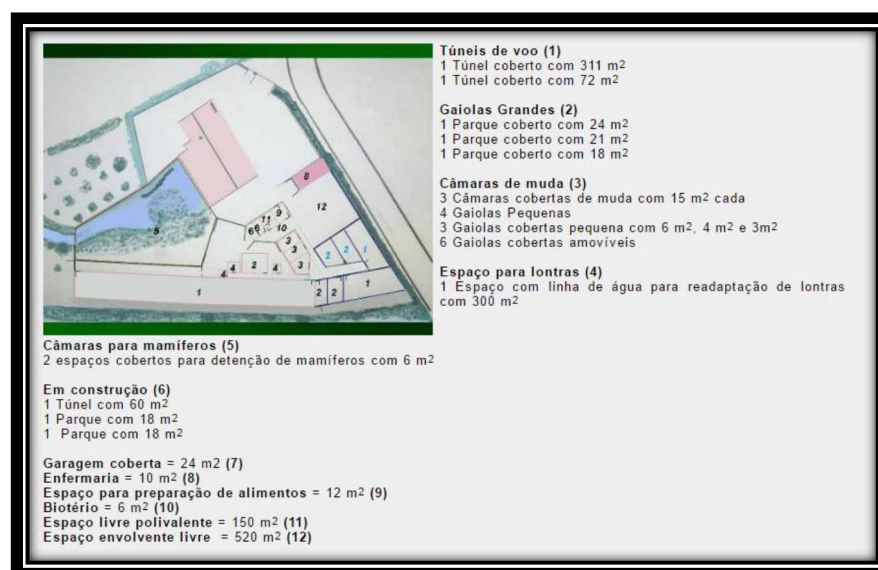


Figura 3.4 – Instalações (foto cedida pela Quercus 2012).

O uso de madeira e outros materiais porosos e rugosos é evitado ao máximo. Normalmente, na parte interna do estabelecimento, o uso destes se restringe há paletes e estrados, os quais sempre se encontram em bom estado de limpeza e de conservação (Anexo VI).

As instalações e equipamentos foram projetados e estão dispostos de forma a permitir manutenção e limpeza adequadas (Anexo VI).

As paredes e divisórias são lisas, de fácil limpeza e higienização e não apresentam frestas e rachaduras (Anexo VI).

O teto e as instalações aéreas são construídos de modo a evitar o acúmulo de sujidade. Entre paredes e tetos não existem aberturas que propiciem a entrada de pragas, bem como bordas que facilitem a formação de ninhos (Anexo VI).

As janelas, portas e outras aberturas são projetadas de forma a evitar o acúmulo de sujeira e são de fácil limpeza. As janelas que se comunicam com o exterior são providas de proteção contra pássaros (Oliveira, K. 2009).

As instalações para abastecimento, armazenamento e distribuição de água são suficientes para atender plenamente as necessidades (Oliveira, K. 2009).

Os meios de iluminação natural e/ou artificial adotados em cada setor possibilitam a adequada realização das atividades (Oliveira, K. 2009).

As fontes de luz artificial (lâmpadas) são protegidas nas áreas onde há presença de produtos expostos, abertos ou não protegidos, destinados à alimentação animal (Oliveira, K. 2009).

Quando a luz natural disponível num edifício for insuficiente para satisfazer as necessidades fisiológicas e etológicas de quaisquer animais mantidos no seu interior, deverá ser providenciada luz artificial adequada.

As instalações elétricas são embutidas ou exteriores e, neste caso, estão perfeitamente revestidas por tubulações isolantes, de maneira a dificultar a deposição de resíduos de qualquer natureza (Oliveira, K. 2009).

O estabelecimento dispõe de sistema de ventilação adequada, de forma a evitar o calor excessivo, a condensação de vapor e o acúmulo de poeira, com a finalidade de eliminar o ar contaminado. As aberturas de ventilação são providas de sistemas de proteção para evitar a entrada de pragas e agentes contaminantes (Anexo V).

As vias de acesso e os pátios são mantidos livres de entulhos, lixo ou qualquer material que propicie o estabelecimento e desenvolvimento de pragas (Oliveira, K. 2009).

O uso de plantas ornamentais ou similares é limitado a áreas onde não há manipulação ou estocagem de alimentos (Oliveira, K. 2009).

3.1.4. Metodologia usada quando os animais entram no CRASSA.

Aos animais que entram neste Centro de Recuperação é atribuído um número e uma ficha de registo da entrada. Nessa ficha é registada toda a informação relativa a esse indivíduo (Anexo VI).

O animal é sujeito a uma avaliação e são-lhe ministrados os primeiros socorros. É definido de seguida o tratamento que deve ser ministrado, atendendo ao estado fisiológico, espécie e idade. O animal é mantido sob vigilância para se analisar a reação ao tratamento. Na generalidade os tratamentos consistem na administração de fármacos e no controlo da estimulação, mobilidade e alimentação.

Todas estas tarefas são realizadas por uma ou duas pessoas.



Figura 3.5 – Observação do animal (foto cedida pela Quercus 2009).

3.2. Edificações e instalações existentes.

3.2.1. Sala 1 (um) serve de Enfermaria, sala de Triagem, sala de Esterilização e sala de Registo.

Neste momento a sala 1 (um) é usada como enfermaria, sala de triagem, sala de esterilização e de sala de registo.

Esta sala contém uma mesa de tratamento, material de enfermagem, material de contenção, balança, zona de armazenamento de medicamentos, água canalizada e material básico de apoio ao diagnóstico.

É nesta sala que o técnico executa várias tarefas, nomeadamente o registo de toda a informação do animal, a análise do estado do mesmo (decidindo se vai ou não precisar de cuidados de um Médico Veterinário ou se apenas vai necessitar de tratamentos de enfermagem) e de onde, posteriormente, será levado para a sala de quarentena.



Figura 3.6 – Sala 1 (um) usada como enfermaria, sala de triagem, sala de esterilização e sala de registo (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.2. Corredor de ligação entre a sala 1 (um) e as salas de quarentena.

Neste corredor existe um pédluvio à entrada da porta que serve para desinfetar os sapatos e dessa forma evitar contaminações. Aqui, existem ainda gaiolas e caixas de transporte no chão e em cima de uma prateleira. É neste sítio que o técnico deixa também os utensílios usados para manusear os animais, nomeadamente os panos e os camaroeiros.



Figura 3.7 – Corredor de entrada entre a sala 1 e a sala de quarentena (fotos tiradas por autor (Cláudia Matos) setembro 2016).

3.2.3. Instalações de quarentena - existem 2 (duas) no Centro de Recuperação.

As instalações de quarentena são construídas com dimensões adequadas ao porte das espécies que poderão dar entrada neste Centro com maior frequência. São construídas com materiais que permitam manter um elevado grau de higiene e estão perfeitamente vedadas, limitadas e separadas de outras instalações.

Nestas duas salas, dependendo do estado no animal, os técnicos definirão como se estabelecerá o sistema de manuseamento e alimentação das aves. Por exemplo, se for um animal que sofreu uma colisão em princípio necessitará de ser manuseado, enquanto um animal que chega ao Centro por excasses de alimento deverá apenas ser alimentado através de um orifício na parede e sempre observado através deste.

Sempre que uma ave sai da quarentena o técnico faz a desinfecção do espaço de forma a não contaminar as aves que vão chegar.



Figura 3.8 – Instalações de quarentena (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.4. Sala de alimento.

Esta sala é constituída por duas arcas frigoríficas e um lavatório com água corrente. A carne e o peixe são armazenados em arcas separadas.

Nesta sala é feita a triagem do alimento consoante as espécies.



Figura 3.9 – Sala de alimento (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.5. Sala de preparação de alimento.

A sala de preparação de alimento é constituída por uma mesa de mármore com uma torneira e uma mangueira que serve para fazer a lavagem correta.

Neste processo, o técnico deixa a descongelar a carne numa bandeja dentro de uma caixa plástica para não libertar odores. No final do dia corta-a e leva-a aos animais. De seguida, faz

a lavagem do local e volta a colocar mais carne a descongelar para o dia seguinte.



Figura 3.10 – Sala de preparação de alimento (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.6. Salas de recuperação - existem 8 (oito).

As instalações de recuperação estão dimensionadas de forma adequada às espécies que o Centro recebe e foram construídas com materiais que permitem uma limpeza fácil.

Neste espaço o técnico realiza alimentação e observação. De duas em duas ou de três em três semanas, faz, através do exterior, a mudança da água dos bebedouros e lagos artificiais.

Quando os animais abandonam o local é feita uma lavagem com máquina de pressão e uma desinfecção com cloro.



Figura 3.11 – Salas de recuperação (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.7. Parques de voo - existem 3 (três).

Os tuneis de voo são uma zona onde as aves podem exercitar o voo e onde os técnicos credenciados podem observa-as e decidir se estão, ou não, aptas a serem libertadas.

Aqui o técnico apenas coloca o alimento, observa e desinfeta o espaço depois das aves partirem.



Figura 3.12 – Parques de voo (fotos tiradas por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.8. Sala de armazenamento de cadáveres

Esta sala encontra-se no exterior do Centro e é apenas constituída por uma arca frigorífica que armazena os cadáveres. Quando as aves morrem são colocadas dentro de sacos pretos devidamente selados. Estes serão levados para o canil municipal, que os transportará para serem incinerados em Beja.



Figura 3.13 – Sala de armazenamento de cadáveres (foto tirada por Cláudia Matos setembro 2016).

3.2.9. WC, banheiros e vestiários

No centro existem dois WC, um banheiro e um vestiário que são limpos pelo técnico uma vez por semana.

3.2.10. Espaço Envolvente

O técnico faz toda a manutenção do espaço envolvente, capinagem e corte de plantas invasoras (canas e lentilha de água).

3.2.11. Pessoal

Dário Cardador – Técnico de construção civil, desempenha toda a parte prática executiva no Centro;

Olívia Silva – Eng^a mecânica e responsável pelo secretariado;

Dr. Pedro de Mello – Médico Veterinário.

4. Riscos a que os trabalhadores estão sujeitos nos centros.

Risco é a probabilidade de ocorrer um dano, ferimento ou doença. Os riscos são divididos em 5 categorias:



Figura 4.1 – Risco (Guia de boas práticas, 2015 São Paulo).

4.1. Riscos Ergonômicos

Os técnicos que estão nos Centros de Recuperação estão sempre sujeitos a alguns perigos, nomeadamente os que estão ligados a cargas/ esforços inerentes à manipulação dos animais (por exemplo, no levantamento e acomodação em transportadoras, jaulas, etc.). Estes esforços apresentam riscos acrescidos de desenvolverem lesões músculo-esqueléticas. Para além disso, não é raro o animal ter dispositivos colocados que implicam da parte do técnico uma postura ainda mais lesiva quando tenta garantir o seu bom funcionamento. Por vezes, as transportadoras e/ou mesas de trabalho estão colocadas numa altura desadequada à estatura do profissional, o que torna a situação ainda mais perigosa. Quando o tamanho da transportadora é desadequado e/ou não tem superfícies de elevação ou suporte ergonómicas, o esforço é também superior.

As técnicas de imobilização do animal no chão ou nas mesas de exame originam com frequência posições incorretas e prolongadas, sobretudo no pescoço, dorso, pulsos e membros inferiores. A existência de compartimentos (nas jaulas e mesas) que diminuam a mobilidade do animal, atenua esta situação.

4.2. Riscos Físicos

Os principais riscos físicos decorrem no manuseamento dos animais (carregar as caixas onde eles são transportados) e na utilização de materiais que são usados quando se está a fazer curativo aos animais. Apesar disso, e na hierarquia dos riscos, são talvez aqueles que merecem uma atitude preventiva acrescida, porquanto a frequência com que se verificam e a gravidade da sua consequência assim o determinam. O risco de ocorrência de um acidente de trabalho encontra-se sempre dependente de três variáveis. Essas variáveis são o **HOMEM**, o **AMBIENTE** e o **AGENTE** (Máquina).

Assim, é importante focalizarmos a prevenção em cada uma das variáveis: Homem, Máquina e Ambiente.

Como factores de prevenção deste tipo de riscos poderemos referir:

- Possuir formação profissional adequada à utilização dos equipamentos que utiliza;
- Planear antecipadamente a tarefa a executar;
- Utilizar vestuário e calçado adequado;

Relativamente às instalações de um centro de recuperação de animais selvagens, esta deverá ter determinadas características de modo a reduzir o risco de acidentes, nomeadamente:

- As câmaras de voo possuírem vias de circulação, que permitam a deslocação fácil e segura, em simultâneo dos trabalhadores e dos equipamentos de trabalho;
- O pavimento ser anti-derrapante, sem inclinações perigosas, saliências e cavidades.

Os trabalhadores encarregues do manuseamento animal devem dispor EPI adequados - vestuário, botas, luvas e máscaras. Estes devem ser guardados em local apropriado. Devem também ser verificados e limpos, se possível antes e, obrigatoriamente, após cada utilização, bem como reparados ou substituídos se tiverem defeitos ou estiverem danificados.

A zona das câmaras de voo ou das gaiolas devem ser seguras e resistentes.

Outro factor que contribui para os riscos físicos é a movimentação manual de cargas, sendo um dos riscos físicos mais frequentes. A operação de transporte ou sustentação de uma carga, que devido às suas características ou a condições ergonómicas desfavoráveis, comporte riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores é, por vezes, relevado para segundo plano, mas pode trazer graves consequências para a saúde dos trabalhadores.

4.3. Riscos Químicos

Genericamente considera-se que as vias de contato mais importantes em relação aos agentes químicos são a oral, através da contaminação das mãos (a comer, fumar, beber), bem como a cutânea e a via inalatória.

Uma das classes farmacológicas mais utilizadas por Médicos Veterinários e seus auxiliares é a dos anestésicos, quer locais, quer sistêmicos.

Quanto aos anestésicos inalatórios utilizados durante as cirurgias, existe a possibilidade de ter no compartimento um dispositivo que facilita a sua captação mas, sobretudo nos países menos desenvolvidos, tal não é frequente. Mesmo quando este está disponível, nem sempre é utilizado, porque os profissionais banalizam o risco, dado as salas serem menos isoladas que as usadas na cirurgia humana e pela menor percentagem de tempo dedicado à cirúrgica. Contudo, mesmo no recobro, os animais libertam quantidades apreciáveis dos anestésicos utilizados. Enquanto alguns autores defendem ser controversa a associação destes agentes com teratogenicidade, outros consideram como provada a sua existência.

4.4. Riscos Biológicos

Várias infeções estão a surgir ou a serem descobertas devido à maior facilidade de deslocamento no planeta, importações/ exportações de animais, alterações ecológicas e climáticas, bem como adaptação/ evolução dos microrganismos e alterações das técnicas de agricultura e pecuária.

Os médicos veterinários e os profissionais associados estão sujeitos a escoriações (por exemplo, durante a imobilização, exame físico, realização de exames auxiliares de diagnóstico e/ou administração de terapêuticas) que, se entrarem em contato com alguns agentes biológicos, poderão originar infeções que oscilarão entre assintomáticas a muito graves ou até fatais.

A incidência da generalidade das infeções diminuirá se estes profissionais usarem EPI adequados (como roupa, máscara, luvas, óculos e/ou viseira), além de praticarem uma correta higiene de mãos. Outros autores destacam ainda o uso de aventais, galochas ou cobertura de calçado, bem como touca; por vezes é também necessário um fato adequado. Os óculos ou viseira diminuem não só o contato direto com os produtos infetados, mas também com as próprias mãos e dedos contaminados. Em algumas circunstâncias está também recomendado o

uso de máscara com filtro.

➤ **Risco imunológico**

Alguns autores consideram que as alergias são muito prevalentes nestes profissionais. A semiologia mais frequente caracteriza-se por dispneia, obstrução nasal/ rinorreia, espirros e lacrimejo. Para além disso, a lavagem repetida das mãos, a oclusão das luvas de látex e o contato com diversos fluidos orgânicos (por exemplo, durante o parto) potenciam ainda mais as dermatoses, cuja prevalência é superior à da população geral, sendo que alguns autores a quantificam em quase 20% (Santos, M; Gregório, H, 2014).

As principais alergias descritas na veterinária são assim inerentes aos próprios animais, ao látex e aos seus aditivos, desinfetantes e fármacos.

Os agentes biológicos, à semelhança dos agentes físicos e químicos, são potenciais causadores de doenças profissionais, pelo que se torna decisivo proceder à sua identificação, avaliação e controlo dos riscos existentes nos diversos sectores de actividade (Santos, M; Gregório, H, 2014).

Por outro lado, a não existência, ao nível mundial, de valores-limite de exposição para os agentes biológicos, torna difícil a sua avaliação, pelo que a medida fundamental consiste no fomento de uma cultura de prevenção no domínio dos riscos associados aos agentes biológicos (CAP, 2009).

Os agentes biológicos definem-se como sendo os microrganismos (bactérias, vírus e fungos), parasitas, culturas de células e material biológico (penas, excreções, pêlos, etc.), susceptíveis de provocar infecções, alergias, intoxicações, ou de qualquer outro modo, provocar alterações na saúde humana (CAP, 2009).

Os riscos biológicos são caracterizados pela presença de microrganismos ou parasitas, que efetivamente forem encontrados no ambiente de trabalho e que estejam directamente relacionados com a exposição ocupacional a estes agentes patológicos (CAP, 2009).

As medidas preventivas gerais que se podem aplicar dividem-se em três áreas: acção sobre o foco de contaminação, acção sobre o meio ambiente e acção sobre o receptor.

Para manter uma vigilância adequada da saúde individual dos trabalhadores devem incluir-se os seguintes procedimentos:

1. Registo da história clínica e profissional do trabalhador;
2. Avaliação do estado de saúde do trabalhador;
3. Vigilância biológica, sempre que necessária;
4. Rasteio de efeitos precoces e reversíveis.

Em suma, tanto os trabalhadores como o responsável pelo Centro de Recuperação, devem estar conscientes do eminente perigo dos Agentes Biológicos e procurar, em conformidade, trabalhar com o menor risco possível e em consciência de forma a evitar ou reduzir o seu contacto.

Devem ainda vigiar o seu estado de saúde, de modo a detectar o mais precocemente possível, qualquer doença que possa surgir, fruto do contacto com animais infectados (CAP, 2009).

4.5. Risco Psicossocial

Encontram-se inúmeros artigos onde se regista maior incidência e prevalência de stress laboral em Médicos Veterinários e em profissionais de clínicas “centros de recuperação” (quando comparada com a da população geral), justificadas através das elevadas cargas de trabalho, dificuldade de conciliar a vida pessoal e profissional, dificuldades sociais para lidar com os clientes, baixa auto-estima, insatisfação e desmoralização, depressão, ansiedade, rudimentares progressão na carreira e apoio entre pares, remuneração baixa e pouco reconhecimento social, clientes devedores, serviço de urgência ou à chamada, serviço em feriados e fins-de-semana, competição entre clínicas e colegas e pressão económica pelo avultado valor dos animais de grande porte.

Alguns estudos encontraram maior consumo de substâncias psicoativas neste tipo de indivíduos (em relação à população em geral), tendo os respetivos autores associado tal condição ao stress laboral; o mesmo não se verificou em Médicos Veterinários sem prática clínica direta, ou seja, apenas com tarefas académicas, por exemplo. Dentro deste contexto, deve-se realçar que os Médicos Veterinários podem ter acesso facilitado a alguns fármacos.

A classe medicamentosa mais consumida neste âmbito é a dos analgésicos. Outros também acreditam que esta condição é mais prevalente entre profissionais que executam a eutanásia, sobretudo quando o funcionário estabelece laços afetivos com os animais em geral; aliás, muitas vezes estes indivíduos escolhem profissões onde têm de lidar com animais porque

gostam bastante deste contato.

As consequências negativas do *stress* laboral podem ficar atenuadas com uma maior satisfação profissional, tal como em qualquer outra profissão. De qualquer forma, seria importante incluir no currículo académico destes profissionais estratégias de coping para a generalidade das situações causadores de *stress* laboral, ansiedade e síndrome depressivo. (Saúde Ocupacional na Prática Clínica de Animais de Companhia (Santos, M;Gregório, H.2014.)

Todos devem participar e intervir!

Nenhum trabalho é tão importante e tão urgente, que não possa ser planeado e executado com segurança.

A segurança é uma responsabilidade colectiva que requer a cooperação de todos os indivíduos do Centro de Recuperação de Animais Selvagens.

Lembre-se:

- *O seu primeiro acidente pode ser o último.*
- *Os acidentes não acontecem, são causados.*
- *Na dúvida, consulte este manual ou o técnico responsável pelo Centro.*
- *Siga as normas de segurança estabelecidas.*

Telefones de emergência:

- ✓ Bombeiros – 1524
- ✓ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) – 112
- ✓ Hospital do Litoral Alentejano – 269 818 100
- ✓ Centro de Informação Anti-Venenos – 808250143
- ✓ GNR - 269 751 223

5. Manual de Boas Práticas

5.1. Introdução

O Manual de Boas Práticas é um conjunto de ações e orientações que tem com objetivo de proporcionar a diminuição dos riscos do ambiente no CRASSA. Estas medidas são constituídas por atividades organizacionais do ambiente de trabalho e por procedimentos básicos como a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivos (EPCs), limpeza e higienização do ambiente no CRASSA entre outras.

Inspirado na necessidade de haver um controlo de higiene e segurança nos centros de recuperação e por haver uma grande lacuna nesta área em Portugal, pretende-se contribuir para uma actuação em harmonia com essa perspectiva, facilitando as mudanças que um progresso contínuo de qualidade reclama.

Este manual de boas práticas será desenvolvido seguindo as regras de biossegurança já estabelecidas em manuais de clínicas veterinárias por exemplo. O manual pode não cobrir todos os aspectos relacionados à segurança: se uma prática perigosa não estiver mencionada, a omissão não pode ser usada como desculpa para isentar de responsabilidade os indivíduos que a executam.

5.1.1. Sala de Recepção e Registo.

Nesta Sala (que deverá ser isolada), a pessoa que leva o animal faz, em conjunto com o técnico do Centro, o preenchimento da ficha de registo (Anexo VI). O equipamento do técnico deverá variar conforme a atividade que está a executar como se pode ver no apêndice. Assim, quando estiver a manusear um animal deverá usar luvas de cabedal, bata e máscara e quando estiver a fazer a limpeza da sala deverá usar luvas de borracha, bata, óculos e calçado próprio (Anexo IX).

5.1.2. Sala de Enfermaria.

A enfermaria deve conter uma mesa de tratamento, material de enfermagem (devidamente arrumado e agrupado pelas diversas áreas), material de contenção, balança, frigorífico, zona de armazenamento de medicamentos (deverá haver uma lista onde constem as quantidades existentes e a devida validade (Anexo X)), água canalizada e material básico de

apoio ao diagnóstico. O material existente na enfermaria deve ser de fácil limpeza para que possa ser feita uma boa higienização. Esta sala deverá ser limpa e desinfetada sempre que der entrada um animal no Centro.

Se o técnico estiver sozinho a manusear um animal deverá usar uma luva de cabedal numa das mãos e na outra, uma luva de látex, como se pode ver no apêndice. Desta forma, com uma das mãos (a que tem a luva de cabedal) pode segurar e manusear o animal e com a outra (a que tem a luva de latex) manipular os instrumentos esterilizados. Além disso, deverá usar bata e máscara. Já quando estiver a fazer a limpeza e a desinfecção da sala deverá usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.3. Instalações de quarentena - deveriam existir 5 (cinco) no Centro.

Aqui, sugere-se em primeiro lugar que as instalações de quarentena alberguem somente uma espécie de cada vez, seja na sua receção, na unidade de internamento ou na unidade de isolamento. Propõe-se também que sejam construídas com dimensões adequadas ao porte dos animais que entram neste Centro com maior frequência. Do mesmo modo, estas deverão ser construídas com materiais que permitam manter um elevado grau de higiene e devem estar perfeitamente vedadas, limitadas e separadas de outras instalações.

Sempre que um animal abandonar a sala de quarentena, esta deverá ser desinfetada e deverá haver um tempo de resguardo de 3/4 dias até ser recebido outro animal, como se pode ver no apêndice.

Tal como já foi referido, se o técnico estiver sozinho a manusear um animal deverá usar uma luva de cabedal numa das mãos e na outra, uma luva de látex. Desta forma, com uma das mãos (a que tem a luva de cabedal) pode segurar e manusear o animal e com a outra (a que tem a luva de latex) manipular os instrumentos esterilizados. Além disso, deverá usar bata e máscara. Já quando estiver a fazer a limpeza e a desinfecção da sala deverá usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.4. Sala de Alimento

Esta sala deve ser equipada com frigorífico e, pelo menos, duas arcas congeladoras que separam a carne do peixe. Deverá ainda haver uma lista para registar os produtos existentes e as suas validade.

Quando o técnico estiver a manusear os alimentos deverá usar luvas de latex e bata. Já para fazer a limpeza e a desinfeção terá de usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.5. Sala de Preparação de Alimento.

A sala de Preparação de Alimento deve ser constituída por uma bancada preferencialmente de mármore, conter água canalizada, ter em todas as saídas de ar proteções contra a entrada de insetos e no chão, grelhas de escoamento. Esta sala deverá ser desinfetada todos os dias e deve ser mantida limpa.

Quando o técnico estiver a manusear os alimentos deverá usar luvas de latex e bata. Já para fazer a limpeza e a desinfeção terá de usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.6. Zona de Lavagem de Material.

Esta zona servirá para lavar e desinfetar materiais como jaulas, transportadoras, tapetes, etc. e deverá estar equipada com água canalizada e estar rigorosamente limpa.

Quando o técnico estiver a fazer a limpeza e a desinfeção do local terá de usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.7. Instalações de Recuperação – idealmente 12 (doze).

As instalações de recuperação estão dimensionadas de forma adequada às espécies que o Centro recebe e foram construídas com materiais que permitem uma limpeza fácil. Enquanto trata dos animais o técnico deverá usar máscara, luvas, roupa adequada, óculos e botas.

5.1.8. Parques de voo - existem 3 (três).

Os parques de voo são contruídos tendo em conta as espécies a que se destinam e em número suficiente para as potenciais necessidades de cada Centro. É importante não esquecer que o seu objetivo é permitir a recuperação e readaptação final dos espécimes antes de os devolver ao meio selvagem e, como tal, tem que dispor das condições para tal.

Estes locais deverão estar limpos e neles nunca se devem deixar restos de alimentos de uns dias para outros pois começam a ser focos de contaminação.

Aqui, o técnico deverá usar máscara, luvas, roupa adequada e botas. Quando necessitar de capturar as aves, para as transportar para outra Sala ou espaço, deve usar camaroeiros ou mantas. Sempre que estiver a fazer a limpeza e desinfeção do parque deverá usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.9. Sala de Necrópsias

Em primeiro lugar, esta sala deverá estar isolada de tudo o resto. Esta deve conter arcas frigoríficas onde os cadáveres, colocados em sacos fechados, serão depositados. Deverá também haver uma Folha de Registo para se saber sempre a quantidade de cadáveres existentes e de que tipos de animais são. Assim que possível, os cadáveres deverão seguir para incineração em Beja, como está descrito no apêndice.

Quando o técnico estiver a manusear os cadáveres deverá usar luvas de latex, bata, óculos e máscara. Já quando estiver a fazer a limpeza e desinfeção da sala deverá usar luvas de borracha, bata, avental de plástico, óculos, calçado (próprio) e máscara (Anexo IX).

5.1.10. Banheiros e Vestiários

Aqui sugere-se que os balneários e os vestuários estejam separados e que os vestuários sejam, munidos de cacifos para que os funcionários possam guardar os seus pertences. É ainda ideal que quando o técnico estiver a fazer a limpeza da Sala use luvas de borracha, bata, óculos e calçado (próprio) (Anexo IX).

5.1.11. Refeitório

O refeitório deve ser completamente separado dos locais de manipulação dos produtos destinados à alimentação animal, não possibilitando sequer acesso ou comunicação direta com eles. Quando o técnico estiver a fazer a limpeza do espaço deverá usar luvas de borracha, bata, óculos e calçado (próprio) (Anexo IX).

5.1.12. Pessoal

Os Centros de Recuperação devem ter recursos humanos suficientes e habilitados para cumprir as seguintes funções:

- a) Identificação das espécies;
- b) Alimentação dos animais;
- c) Diagnóstico e tratamento dos animais;
- d) Acompanhamento comportamental dos animais;
- e) Identificação dos indivíduos, incluindo marcação e anilhagem de animais a libertar;
- f) Limpeza e manutenção das instalações.

5.1.13. Viatura de transporte

As viaturas servem, nomeadamente para transportar os animais e os alimentos, devem estar devidamente licenciadas pela DGAV.

5.1.14. Caixas de transporte

Os Centros e os Pólos devem dispôr de caixas de transporte para utilização nas deslocações de entrada e saída de animais.

5.1.15. Espaço Envolvente

O técnico faz toda a manutenção do espaço envolvente, capinagem e corte de plantas invasoras (canas, e lentilha de água). Quando o técnico estiver a fazer a limpeza da zona envolvente deverá usar viseira de proteção, caneleiras, proteção de ouvidos, óculos de proteção, luvas de cabedal e calçado (próprio), como esta no apêndice.

5.1.16. Resíduos

Enquanto os técnicos fazem a recolha de cada tipo de resíduo deverão usar bata, luvas de latex e máscara (Anexo XII).

5.1.17. Visitantes

Os visitantes, para terem acesso às dependências internas do Centro, devem cumprir todas as disposições referentes ao uso de uniformes e munir-se de todos os cuidados de higiene e conduta pessoal estabelecidos para os funcionários (Oliveira, K.2009). Desta forma, deverão igualmente usar botas, roupa adequada, máscara e luvas.

6. Higiene

6.1. Pessoal

As regras de higiene e segurança devem estar definidas na regulamentação interna do serviço (Anexo VII e VIII).

Os programas de prevenção em matéria de segurança, saúde e higiene, em conformidade com a regulamentação em vigor, deverão ser estabelecidos e adaptados às diferentes necessidades do serviço. Incluem procedimentos escritos e detalhados, relativos à higiene e ao vestuário do pessoal (Anexo VIII).

Deverão ser afixados na entrada e saída das áreas classificadas avisos explícitos, relativos às regras de higiene e vestuário dos profissionais. Estes procedimentos devem ser validados por uma pessoa devidamente qualificada na área (Anexo VIII).

Os documentos relativos às regras de higiene e segurança, referem:

- Comportamentos gerais dos profissionais no interior das instalações de trabalho (interdição de beber, comer, fumar...) e em particular aos comportamentos nas áreas com atmosfera controlada ou de risco;
- Higiene do pessoal que trabalha em áreas de atmosfera controlada;
- Vestuário dos profissionais (uniforme de base, uniforme para as áreas de atmosfera controlada, uniforme para as áreas de risco, normas de vestuário);
- Precauções *standard* relativamente às atividades de processamento e tratamento de feridas (nomeadamente utilização de luvas, óculos, máscara...);
- Conduta a adotar perante uma exposição accidental a um produto biológico ou perigoso ;
- Risco associado à manipulação de produtos químicos;
- Risco associado à manipulação de produtos biológicos;
- Limpeza do material e equipamento (por exemplo, gestão do material limpo e sujo);
- Gestão e tratamento de resíduos (Manual de boas práticas, cedido a 16 de agosto).

A higiene de quem está em contato com os animais tanto na parte exterior (zona das câmaras de voo), como da parte interna (salas de quarentena e zona da enfermaria) é de vital importância para evitar as doenças transmissíveis pelos animais.

Qualquer profissional antes de iniciar a sua atividade deve submeter-se a um exame médico e deve ser-lhe explicado que necessitará de manter o corpo limpo, adquirir bons hábitos higiénicos e manter uma atitude mental sã.

Ferimentos	Mãos	Desinfectar sempre bem as feridas
		Proteger o ferimento com ligadura e luva
	Dedos	Desinfectar sempre bem as feridas
		Proteger com penso impermeável ou ligadura e dedeira
	Infeções Dermatológica	Proteger com penso anti-séptico impermeável, recobrir com luva ou dedeira
		Sem ferida proteger com luva de algodão e recobrir com luva de látex
	Infeção Respiratória	Procurar o médico e afastar-se do posto de trabalho durante a recuperação

Figura 6.1 – Sugestões para manter o corpo limpo.

O vestuário de trabalho deve ser usado apenas no próprio local, sem sair das instalações e a roupa pessoal deve ser deixada no vestiário. O armário do vestiário deve ser dividido em dois compartimentos, para que o manipulador utilize individualmente uma divisão para a roupa pessoal e outra para a roupa de trabalho, evitando a contaminação desta.

O vestuário de trabalho deve ser preferencialmente de cor clara, confeccionado com tecidos que facilitem a sua lavagem e desinfeção e deve ser cómodo, garantindo a realização das diferentes tarefas sem prejuízo dos movimentos do trabalhador.

6.1.1. Instalações, equipamentos e utensílios

A higienização é um processo que poderá ser realizado em várias etapas, mas que geralmente contempla:

1. Remoção dos detritos sólidos pela ação mecânica e da água.
2. Utilização de um detergente para a remoção da gordura das superfícies e/ou outros detritos.

3. Aplicação de um desinfetante (em todas as superfícies) para a eliminação de qualquer perigo de origem biológica.

6.1.2. Produtos de limpeza

Para uma correta limpeza e desinfecção das salas de enfermagem, equipamentos e utensílios é preciso possuir água corrente quente (para facilitar a remoção de gordura e sujidade em geral) e dois tipos de produtos químicos diferentes (Anexo VIII).

Os produtos químicos utilizados classificam-se em:

- **Detergentes** - produtos que se utilizam em conjunto com a água para ajudar a remover gorduras, resíduos de alimentos e sujidade. A sua ação não é bactericida, isto é, não destroem bactérias.
- **Desinfetantes** - produtos que destroem a maioria das bactérias, reduzindo-as para níveis seguros, apesar de não destruírem os seus esporos. É fundamental que se desinfetem as superfícies, equipamentos e utensílios com alguma frequência, pois a simples limpeza não elimina as bactérias.

6.1.3. Processo de limpeza e desinfecção (higienização).

A periodicidade com que se higienizam as superfícies e os equipamentos é variável. Dependendo do tipo de equipamento ou utensílio e da sua utilização, poderá ser no final de cada período de trabalho, semanal, quinzenal ou mensalmente mas, sempre que necessário. Como tal, é necessário existir um plano de higienização que deve:

- Ser conhecido por todos os funcionários, cuja formação deve contemplar a utilização do plano.
- Ser afixado em local/(is) visível/(eis) e ser de fácil compreensão.

Contemplar os seguintes aspetos:

1. Descrição do equipamento, utensílio ou instalação a higienizar.
2. Periodicidade da limpeza (após cada tratamento - semanal, quinzenal, mensal, etc.).
3. Procedimento de higienização (incluindo produtos e doses).
4. Indicação da pessoa responsável por esta função.

5. Ser controlado por um responsável pela verificação da higienização.

Deverá existir um mapa de limpezas em que se registam as operações de higienização. Estes mapas, tais como outros registos, devem ser guardados em local seguro.

6.1.4. Desinfeção

A desinfeção exige uma lavagem prévia com água, de preferência sob pressão, e detergente adequado, respeitando as instruções de dosagem e tempo de aplicação, enxaguando no final.

Só depois desta operação se pode realizar o processo de desinfeção propriamente dito, que consiste em:

1. Aplicar um produto químico desinfetante, respeitando as instruções de utilização quanto à dose e tempo de atuação.
2. Enxaguar com água corrente.
3. Deixar secar ao ar ou utilizar toalhetes/rolos de papel descartáveis. Não devem ser usados panos nesta tarefa pois são veículos de transmissão dos microrganismos.

A desinfeção, após lavagem, é particularmente importante, e deve ser efetuada:

- Nas superfícies e/ou equipamentos que se encontram em contato direto com os animais que vão ser tratados (exemplo animais com feridas abertas);
- Nas superfícies que estão em contato direto com as mãos dos manipuladores;
- Todas as superfícies, equipamentos e utensílios, como rotina na higienização geral do estabelecimento;
- Nos recipientes em que se colocam lixos e desperdícios e junto aos mesmos.

6.1.5. Armazenamento de produtos de limpeza.

Os produtos químicos utilizados para a limpeza e desinfeção devem ser armazenados em local próprio e devidamente identificado com uma placa que refira que o espaço se destina ao “armazenamento de produtos de limpeza”. Este espaço deve ser separado de produtos alimentares ou materiais que entrem em contato com os alimentos e idealmente afastado das outras zonas de armazenamento.

Os produtos de limpeza devem:

- Ser guardados nas embalagens de origem. Nunca colocar produtos de limpeza em embalagens de produtos alimentares ou vice-versa, dado que qualquer uma destas situações pode levar a enganos e a intoxicações graves;
- Manter-se em locais de armazenamento adequados, de acordo com as instruções do rótulo;
- Guardar os produtos com o rótulo bem visível, para que se perceba facilmente qual o produto e as suas características.

6.1.6. Segurança na higienização.

A higienização deve realizar-se seguindo todos os procedimentos, de forma a não prejudicar a saúde dos manipuladores e não pôr em risco a segurança dos animais do Centro de Recuperação.

Todos os funcionários devem ter formação em Higiene e Segurança no Trabalho e cumprir as seguintes regras:

- Seguir rigorosamente os procedimentos definidos constantes nas fichas técnicas dos produtos de higienização, nomeadamente quanto à dose indicada pelo fabricante;
- Utilizar o equipamento de protecção individual (EPIs) durante as operações de limpeza, que poderão ser luvas, em alguns casos máscara e/ou óculos de protecção (procedimentos definidos constantes nas fichas de segurança dos produtos);
- Quando for necessário utilizar água para a lavagem do pavimento, devem ser utilizadas botas de borracha durante as operações de limpeza;
- Devem usar aventais impermeáveis por cima da farda de trabalho;
- Nunca misturar diferentes produtos químicos a não ser por indicação da ficha técnica. As misturas, por vezes, são altamente tóxicas, tanto por inalação como por contato;
- Nunca esquecer que depois do processo de higienização se devem lavar muito bem as mãos, mesmo que se utilizem luvas. As mãos também devem ser lavadas depois de tocar diretamente num produto de limpeza.

7. Conclusões

A elaboração deste trabalho permitiu obter algumas conclusões no que diz respeito à segurança e saúde dos trabalhadores nos Centros de Recuperação de Animais Selvagens.

O Manual de Boas Práticas do Centro de Recuperação deve ser a reprodução fiel da realidade dos Centros, descrevendo a sua rotina de trabalho, relacionando e anexando documentação comprobatória, os POP's – Procedimentos Padrões de Higiene Operacional - adotados como: planilhas de controlo, registros, check list, etc.

O Manual de Boas Práticas deverá ser atualizado sempre que o Centro realizar alterações em sua estrutura física ou operacional.

Não existe um modelo pronto para este documento, o Manual de Boas Práticas é único para cada estabelecimento, no caso de redes e franquias, por mais semelhança que possa haver entre as unidades, cada um deve ter o seu individualizado. Não basta apenas ter um Manual de Boas Práticas do Centro, é fundamental que toda a equipe de funcionários conheça e aplique seu conteúdo de maneira integral.

A segurança e a saúde é uma das preocupações que deverá fazer parte do conjunto das Boas Práticas a exercer nos Centros de Recuperação de Animais Selvagens. Todos os trabalhadores e colaboradores têm direito à prestação de trabalho em condições de segurança, higiene e de protecção da saúde.

Assim, sugere-se a aplicação de medidas que possam eliminar potenciais factores de risco. Com esse intuito devem ser adoptadas normas e programas que se destinem à prevenção dos riscos, sendo para tal necessário caracterizar a actividade desenvolvida. Só com uma correta avaliação destes riscos é que poderão criar-se as condições necessárias para determinar as medidas de prevenção indispensáveis para a saúde e uma maior segurança no trabalho. A prevenção dos riscos profissionais deve ser desenvolvida segundo princípios, que tenham como objectivo, nomeadamente:

- ✓ A definição das condições técnicas a que devem obedecer as diferentes etapas do trabalho realizado em função da natureza e grau dos riscos e as obrigações das pessoas por tal responsáveis;
- ✓ A determinação das substâncias, agentes ou processos que devam ser proibidos, limitados ou sujeitos a autorização ou a controlo, bem como a definição de valores-

limite de exposição dos trabalhadores a agentes químicos, físicos e biológicos;

- ✓ A promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores;
- ✓ A educação, formação e informação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho;
- ✓ A eficácia de um sistema de fiscalização do cumprimento das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- ✓ O desenvolvimento de programas e a aplicação de medidas apoiadas por uma coordenação dos meios disponíveis, pela avaliação dos resultados quanto à diminuição dos riscos profissionais e dos danos para a saúde dos trabalhadores.

O responsável pelo centro deverá assegurar aos trabalhadores condições de segurança, higiene e saúde em todos os aspectos relacionados com o trabalho.

Para tal, deverá aplicar as medidas necessárias, de acordo com os princípios de prevenção:

- ✓ Proceder, na concepção das instalações, dos locais e processos de trabalho, à identificação dos riscos previsíveis, combatendo-os na origem, anulando-os ou minimizando os seus efeitos, por forma a garantir um nível eficaz de proteção;
- ✓ Avaliar os riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e adotar as medidas de prevenção mais convenientes;
- ✓ Assegurar que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos nos locais de trabalho não constituam risco para a saúde dos trabalhadores;
- ✓ Planificar a prevenção com um sistema coerente que tenha em conta a componente técnica, a organização do trabalho, as relações sociais e os fatores materiais inerentes ao trabalho;
- ✓ Ter em conta, na organização dos meios, não só os trabalhadores, como também terceiros susceptíveis de serem abrangidos pelos riscos e a realização dos trabalhos, quer nas instalações, quer no exterior;
- ✓ Dar prioridade às medidas de proteção coletiva;
- ✓ Organizar o trabalho, procurando eliminar os efeitos nocivos do trabalho monótono e

do trabalho cadenciado;

- ✓ Assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos no local de trabalho;
- ✓ Estabelecer medidas em matéria de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação de trabalhadores e a identificação dos trabalhadores responsáveis pela sua aplicação;
- ✓ Permitir unicamente a trabalhadores com aptidão e formação adequadas, e apenas quando e durante o tempo necessário, o acesso a zonas de risco grave (zonas de quarentena);
- ✓ Adotar medidas e dar instruções que permitam aos trabalhadores, em caso de perigo grave e iminente que não possa ser evitado, cessar a sua atividade ou afastar-se imediatamente do local de trabalho, sem que possam retomar a atividade enquanto persistir esse perigo, salvo em casos excepcionais e desde que assegurada a proteção adequada (CAP – 2009).

Na aplicação das medidas de prevenção, o empregador deve mobilizar os meios necessários, nomeadamente nos domínios da prevenção técnica, da formação e da informação e os serviços adequados, internos ou exteriores à empresa, bem como o equipamento de proteção que se torne necessário utilizar, tendo em conta, em qualquer caso, a evolução da técnica.

Os princípios de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidos para serem aplicados devem ser observados pelo próprio empregador.

As medidas de prevenção devem ter por princípio:

- A organização dos espaços das instalações e de trabalho, de modo a serem o mais adequado possível aos processos, pessoas e animais;
- A protecção individual e colectiva adequada à natureza do trabalho.

Nos Centros de Recuperação existem basicamente dois grandes grupos de situações que originam riscos para o trabalhador:

- Situações ligadas à higiene e a doenças profissionais, nomeadamente doenças de

animais passíveis de serem transmitidas ao homem;

- Situações associadas a acidentes resultantes do próprio manuseamento dos animais.

Estes acidentes ocorrem normalmente devido ao não cumprimento de regras básicas de conduta profissional, podendo facilmente ser evitados.

Em caso de emergência os responsáveis pelos centros devem planear a maneira como irão lidar com os incêndios, inundações ou quebra de abastecimentos e devem garantir que todos os trabalhadores conheçam as medidas de emergência apropriadas. Deverão existir planos de ação e o responsável pelo centro deverá certificar-se de que todos os trabalhadores estão familiarizados com as ações de emergência necessárias.

Será necessário ter as condições mínimas necessárias que possibilitem soltar e evacuar os animais rapidamente, em caso de emergência, tendo, por exemplo, portas e portões, que se abram do exterior. Tendo em conta o tipo de centro de recuperação, poderá equacionar-se sempre que adequada a instalação de alarmes contra incêndios, que possam ser ouvidos e atendidos a qualquer hora do dia ou da noite.

Para finalizar, há que reforçar a ideia que deverá continuar a apostar-se na realização de mais e melhor prevenção. Deve investir-se na sensibilização e na partilha de recursos, informações e boas práticas a adotar.

Em Portugal não existe Legislação específica para os Centros de Recuperação de Animais, nem para a recolha de animais quando são detectados por entidades ou por pessoas individuais.

Deverá ser feito um Guia de Orientação pela Central de Veterinária, de forma a orientar os técnicos que trabalham nos Centros de Recuperação.

Esperemos que com este trabalho surjam novos Manuais de Boas Práticas e que este manual seja uma rampa de lançamento para todos os Centros de Recuperação em Portugal.

Já a finalidade última do Manual de Boas Práticas aqui apresentado é permitir que os técnicos e os voluntários, envolvidos na estrutura do Centro, sejam capazes de uniformizar e rentabilizar todos os processos desde da entrada do animal até a sua. Este projecto pretende, ainda, funcionar como um ponto de partida para uma melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade e tratamento dos animais e sua recuperação, uma vez que se tenciona que seja utilizado como uma ferramenta dinâmica, em constante revisão e actualização. Tomando como

base o trabalho realizado nos outros Centros de recuperação. O caminho é certamente este!... Já, em 1942, dizia Churchill: “Take the Challenge by the hand, before it takes you by the throat”.

8. Bibliografia

Autoridade para as Condições do Trabalho (2010). Riscos emergentes e novas formas de prevenção num mundo de trabalho em mudança. ACT. Lisboa;

CAP. Confederação dos agricultores de Portugal. 2009. Código de Boas Práticas na Exploração Pecuária. Lisboa;

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (2009). A avaliação dos riscos no local de trabalho. Guia para uma intervenção sindical. CGTP-IN. Lisboa;

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (s/d). Guia de Participação Consciente para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. CGTPIN. Lisboa;

Decreto-lei nº347/93 de 1 de outubro – Transpõe a Diretiva nº 89/654/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;

Decreto-lei nº 243/86 de 20 de agosto – Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritórios e serviços;

Decreto-lei nº 141/95 de 14 de junho – Transpõe a Diretiva nº92/58CEE de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho;

Decreto-lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-lei nº82/99 de 16 de março;

Decreto-lei nº384/93 de 1 de outubro – Transpõe a Diretiva nº89/656/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de proteção individual no trabalho;

Decreto-lei nº 128/93 de 24 de novembro (alterado pelo decreto de Lei nº 139/95 de 14 de junho) – Estabelece as exigências técnicas essenciais de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, com vista a preservar a saúde e a segurança no seus utilizadores;

Decreto-lei nº 182/2006 de 6 de setembro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº2003/10/CE, do parlamento europeu e do conselho de 6 de fevereiro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matérias de exposição dos trabalhadores aos

riscos devido aos agentes físicos;

Decreto-lei nº740/74 de 26 de novembro (Alterado pelo Decreto Lei nº303/76 de 26 de abril) – Regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica e instalações coletivas de edifícios;

Decreto-lei nº 24/2012 de 6 de fevereiro – prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a diretiva nº 2009/161/UE da Comissão de 17 de dezembro de 2009;

Decreto-lei nº 98/2010 de 11 de agosto – regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista a sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Diretiva nº 2008/112/CE do Parlamento Europeia e do Conselho de 18 de dezembro.

Decreto-lei nº740/74 de 26 de novembro (Alterado pelo Decreto Lei nº303/76 de 26 de abril) – Regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica e instalações coletivas de edifícios.

Decreto-lei nº 24/2012 de 6 de fevereiro – Prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a diretiva nº 2009/161/UE da Comissão de 17 de dezembro de 2009.

Decreto-lei nº 98/2010 de 11 de Agosto – Regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista a sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Directiva nº 2008/112/CE do Parlamento Europeia e do Conselho de 18 de dezembro.

Decreto-lei 220/2008 de 12 de novembro - Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios;

Diretiva nº200/30/CE de 20 de junho.

Diretiva Quadro nº89/391/CE de 12 junho - Aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho.

ISO 8995:2002 – Níveis de luminância recomendados para os diferentes locais de trabalho.

Lei nº102/2009 – 10 setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho .

Lei nº 99/2003 de 27 de agosto – Aprova o Código do Trabalho.

Lei nº35/2004 de 29 de julho – Regulamenta a Lei nº99/2003 de 27 de agosto.

Lei nº7/2009 de 12 fevereiro – Aprova a revisão do Código do Trabalho.

Lei nº 35/2004 de 29 de julho;

Lei 7/2009 de 12 de fevereiro - Aprova a revisão do Código do Trabalho;

Lei 102/2009 de 10 de setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

Manual de boas práticas – Unidade de colheita, banco de tecidos e células, unidades de aplicação. Autoridade para os serviços de sangue e da transplantação.

Norma NP 4397:2008 – Sistemas de gestão de segurança e saúde do trabalho.

Norma NTP 330 - Sistema simplificado de avaliação de riscos de acidentes.

NP4410,2004. Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho – linhas de orientação para a implementação da Norma NP4397:IPQ – Instituto Português da Qualidade.

NP 4386:2001 Enquadramento jurídico da segurança, higiene e saúde no trabalho;

Oliveira, K. 2009. Manual de boas práticas de fabricação (BPF) para estabelecimento fabricante de produtos destinado à alimentação animal. Belo Horizonte.

Portaria (11112/2009) de 28 de setembro. Cria a Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna.

Portaria nº987/93 de 6 de outubro – Regulamenta o Decreto de Lei nº 347/93.

Portaria nº 1465 A/95 de 14 de junho- Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Portaria nº 1131/93 de 4 de novembro- Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual.

Portaria 1532/2008 de 29 de dezembro- Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE);

Santos, M; Gregório, H, 2014. Saúde Ocupacional na Prática Clínica de Animais de Companhia. Veterinary Care, edição de maio/junho 2014. Lisboa.

Referências Bibliográficas Electrónicas:

Google Earth

<http://earth.google.com> (setembro, 2016).

Safemed

<http://blog.safemed.pt/saude-ocupacional-aplicada-aos-auxiliares-enfermeiros-e-medicos-veterinarios/> (outubro, 2016)

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

www.cap.pt/ (outubro, 2016)

Quercus

www.quercus.pt/ (outubro, 2016)

ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho

<http://www.act.gov> (setembro, 2016)

Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

<http://www.osha.europa.eu> (setembro, 2016 e outubro, 2016)

Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound)

<http://europa.eu> (setembro, 2016 e outubro, 2016)

OIT- Organização Internacional do Trabalho

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/index.htm> (novembro, 2016)

Área do Portal da Comissão Europeia dedicada ao REACH

http://ec.europa.eu/environment/chemicals/reach/reach_intro.htm (novembro, 2016)

ANEXO I

Enquadramento Legal

Constituição da República – O direito à segurança e saúde no trabalho é um dos direitos constantes do Capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias da nossa Constituição da República.

Código do Trabalho – nomeadamente o Capítulo IV – Segurança, higiene e saúde no trabalho (Artºs 281 a 284).

Código do Trabalho

- Lei nº 99/2003 de 27 de agosto – Aprova o Código do Trabalho;
- Lei nº 35/2004 de 29 de julho – Regulamenta a Lei nº 99/2003 de 27 de agosto;
- Lei nº 7/2009 de 12 fevereiro – Aprova a revisão do Código do Trabalho.

Locais de Trabalho

- Decreto-lei nº 347/93 de 1 de outubro – Transpõe a Diretiva nº 89/654/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho.
- Portaria nº 987/93 de 6 de outubro – Regulamenta o Decreto de Lei nº 347/93. Decreto-lei nº 243/86 de 20 de agosto – Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritórios e serviços.

Sinalização de Segurança

- Decreto-lei nº 141/95 de 14 de junho – Transpõe a Directiva nº 92/58CEE de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.
- Portaria nº 1465 A/95 de 14 de junho- Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Equipamentos de Trabalho

- Decreto-lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2001/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-lei nº 82/99 de 16 de março.

Equipamentos de Protecção Individual

- Decreto-lei nº 384/93 de 1 de outubro – Transpõe a Diretiva nº 89/656/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de protecção individual no trabalho;
- Decreto-lei nº 128/93 de 24 de novembro (alterado pelo decreto de Lei nº 139/95 de 14 de junho) – Estabelece as exigências técnicas essenciais de segurança a observar pelos equipamentos de protecção individual, com vista a preservar a saúde e a segurança no seus utilizadores;
- Portaria nº 1131/93 de 4 de novembro- Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual.

Iluminação

- ISO 8995:2002 – Níveis de luminância recomendados para os diferentes locais de trabalho.

Ruído

- Decreto-lei nº 182/2006 de 6 de setembro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2003/10/CE, do parlamento europeu e do conselho de 6 de fevereiro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matérias de exposição dos trabalhadores aos riscos devido aos agentes físicos.

Riscos eléctricos

- Decreto-lei nº 740/74 de 26 de novembro (Alterado pelo Decreto Lei nº 303/76 de 26 de abril) – Regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica e instalações coletivas de edifícios.

Contaminação Química

- Decreto-lei nº 24/2012 de 6 de fevereiro – prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a diretiva nº 2009/161/UE da Comissão de 17 de dezembro de 2009.
- Decreto-lei nº 98/2010 de 11 de agosto – regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista a sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Diretiva nº 2008/112/CE do Parlamento Europeia e do Conselho de 18 de dezembro.

Segurança contra incêndios

- Decreto-lei 220/2008 de 12 de novembro - Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios;
- Portaria 1532/2008 de 29 de dezembro- Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE);
- NP 4386:2001 Enquadramento Jurídico da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Lei nº 35/2004 de 29 de julho;
- Lei 7/2009 de 12 de fevereiro - Aprova a revisão do Código do Trabalho;
- Lei 102/2009 de 10 de setembro - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho- - regulamenta o previsto no Artº 284 do Código de Trabalho, a proteção da trabalhadora grávida, puérpera ou lactante em matéria de SST, bem como a proteção de menores. Transpõe as Diretivas Comunitárias para a ordem jurídica interna:

Diretiva n.º 89/391/CEE, do Conselho, de 12 de junho, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, alterada pela Diretiva n.º 2007/30/CE, do Conselho, de 20 de junho.

Diretiva n.º 91/383/CEE, do Conselho, de 25 de junho, que completa a aplicação de medidas tendentes promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores e que têm uma relação de trabalho a termo ou uma relação de trabalho temporária.

Diretiva n.º 92/85/CEE, do Conselho, de 19 de outubro, relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho.

Diretiva n.º 94/33/CE, do Conselho, de 22 de junho, relativa à proteção dos jovens no trabalho.

Normas

- Norma NP 4397:2008 – Sistemas de gestão de segurança e saúde do trabalho.
- Norma NTP 330 - Sistema simplificado de avaliação de riscos de acidentes.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

- Diretiva-Quadro 89/391/CEE alterada pela Diretiva n.º 2007/30/CE do Conselho de 30 de junho, ambas já transpostas para o Regime Jurídico do nosso país.
- Regulamento REACH – regulamento Europeu publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 30 de dezembro de 2006, sob a forma do Regulamento (CE) n.º1907/2006, entretanto rectificado e publicado no Jornal Oficial do União Europeia, Lei 136 de 29 de maio de 2007 e entrou em vigor a 1 de junho de 2007.

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL – OIT

- Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

ANEXO II

Riscos

Ao longo deste trabalho iremos falar sobre riscos profissionais o que para mim torna indispensável referir todos os riscos presentes nos locais laborais a que o trabalhador está exposto. A definição mais genérica de risco é que este representa um valor estimado ou calculado, da probabilidade da ocorrência de um fato ou da sua gravidade. Em outras palavras, risco pode ser considerado como a probabilidade da ocorrência de um fato. Podemos também definir risco como a volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionada a possíveis perdas ou impactos negativos.

Riscos químicos

Os riscos químicos presentes nos locais de trabalho são encontrados na forma sólida, líquida e gasosa e classificam-se em: poeiras, fumos, névoas, gases, vapores, neblinas, substâncias compostas e produtos químicos em geral. Poeiras, fumos, névoas, gases e vapores estão dispersos no ar (aerodispersóides).



Figura 1 – Riscos Químicos (Fonte: <http://media.osha.europa.eu/napofilm/napo-012-danger-chemicals-episode-001-introduction.jpg>)

Riscos físicos

Os riscos físicos são gerados pelos agentes que têm capacidade de modificar as características físicas do meio ambiente. Os riscos físicos caracterizam-se por:

- Necessitarem de um meio de transmissão (em geral o ar) para que a sua nocividade se propague;
- Agirem sobre as pessoas, mesmo que elas não tenham contacto directo com a fonte do risco;
- Originarem lesões diversas crónicas e não imediatas (a não ser em caso de acidente grave).

Nos riscos físicos incluem-se:

- Ruído.
- Vibrações.
- Radiações ionizantes e não ionizantes.
- Iluminação.
- Ambiente Térmico.
- Exposição a fogo e elementos quentes provenientes de fogo (por exemplo, material em fusão).
- Trabalho em Altura.



Figura 2: Riscos Físicos (Fonte: <http://media.osha.europa.eu/napo/film/napo-008-lighten-the-load-episode-003-divide-and-rule.jpg>)

Riscos mecânicos

Os riscos mecânicos podem estar relacionados com a organização do trabalho, com o ambiente laboral e com o trabalhador. Estes riscos podem apresentar vários fatores:

- ✓ Os fatores organizacionais são os relacionados com ritmo da produção, processo de trabalho, trabalho por turnos, ausência de pausas, com a realização de horas extra, máquinas sem proteção, ligações eléctricas desadequadas e ainda ferramentas danificadas;
- ✓ Os fatores ambientais são a iluminação inadequada, temperaturas desconfortáveis, presença de ruído e de poeiras e piso e vias de circulação inadequadas;
- ✓ Os fatores de risco relacionados com o trabalhador envolvem dois tipos de aspetos:
 - Aspetos pessoais: idade, sexo, estado civil, escolaridade, atividade física, tabagismo e antropometria (medidas do corpo humano);
 - Aspetos psicossociais: perceção de sobrecarga, trabalhos monótonos, controlo limitado das funções e pouco apoio social no trabalho;
 - Aspetos biomecânicos: postura inadequada, uso de força excessiva e repetição de movimentos.

Esses factores de risco, associados ao tempo de exposição do trabalhador, podem contribuir para o aparecimento de distúrbios psicológicos e musculares tais como, fadiga visual, lesão ocular, lacrimejamento, dores de cabeça e musculares, tensão psicológica, ansiedade e depressão.

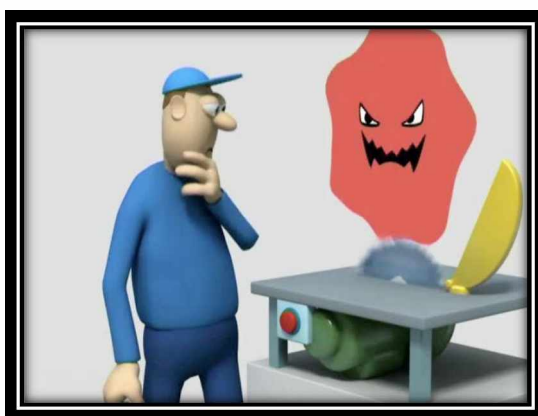


Figura 3: Riscos Mecânicos (Fonte: <http://media.osha.europa.eu/napo/film/napo-002-the-adventures-of-napo.jpg>)

Riscos elétricos

Ao falarmos em riscos elétricos temos de ter muito presentes dois conceitos fundamentais: **eletrocussão** - um choque elétrico que origina um acidente mortal e **eletrização** - um choque elétrico que não causa um acidente mortal, mas que pode originar outro tipo de acidentes, com consequências que podem ser mais ou menos graves.

A distância que vai entre a eletrocussão e eletrização depende de muitos fatores. Assim, os efeitos da corrente elétrica variam de acordo com:

- Tempo de passagem;
- A intensidade;
- A frequência;
- O percurso através do corpo;
- A capacidade de reação da pessoa.

Deste modo, em baixa tensão, a morte é sobretudo condicionada pela ação local da quantidade de eletricidade que atinge o coração. Em alta tensão, por sua vez, a morte surge devido à extensão das queimaduras.

Por conseguinte, a perigosidade da corrente diminui com o aumento da frequência. As frequências industriais (50/60hz) são as mais perigosas. Acima dos 10.000hz, os principais perigos são as queimaduras, se as correntes forem muito intensas.



Figura 4: Riscos Eléctricos (Fonte: <http://media.osha.europa.eu/napoilm/napo-011-safety-in-and-outside-of-work.jpg>.)

Riscos biológicos

São considerados riscos biológicos: vírus, bactérias, parasitas, protozoários, fungos e bacilos.

Os riscos biológicos ocorrem por meio de microorganismos que, em contato com o homem, podem provocar inúmeras doenças, entre elas: tuberculose, brucelose, malária e febre-amarela.

Para que essas doenças possam ser consideradas doenças profissionais, é preciso que haja exposição do funcionário a esses microorganismos.

As atividades profissionais que representam risco biológico são:

- Trabalho em unidades de produção alimentar;
- Trabalho agrícola;
- Atividade em que há contato com animais e/ou produtos de origem animal;
- Trabalho em unidades de saúde, incluindo unidades de isolamento e de autópsia;
- Trabalho em laboratórios clínicos, veterinário e de diagnóstico, excluindo laboratórios microbiológicos de diagnóstico;
- Trabalho em unidades de recolha, transporte e eliminação de resíduos;
- Trabalho em instalações de tratamento de águas residuais;
- Outras.

Os trabalhadores correm risco de exposição quando, estando em contato com o agente biológico, este puder causar um dano na saúde. Os meios de transmissão possíveis são: a água, o ar, o solo, os animais e as matérias-primas.

Os principais riscos biológicos a que estão expostos os trabalhadores são:

- Exposição a animais venenosos ou perigosos;
- Exposição a substâncias tóxicas naturais (plantas, cogumelos, gases, etc.);
- Exposição a substâncias potencialmente infecciosas;
- Exposição a fungos, vírus, parasitas, bactérias, insetos, entre outros.



Figura 5: Riscos Biológicos (Fonte: <http://saludlaboral-fspugtcordoba.blogspot.pt/2012/06/divulgativos-sanidad-avisa-sobre-la.html>)

Riscos Ergonómicos

Os principais riscos capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético a que os trabalhadores estão expostos, são:

- Trabalho monótono / repetitivo;
- Movimentação Manual de Cargas;
- Trabalho com equipamento dotado de visor;
- Posições incorretas;
- Esforços/Movimentos extremos;
- Disposição incorreta dos componentes do posto de trabalho;
- Desadequação do mobiliário de trabalho;

- Desadequação dos equipamentos de trabalho;
- Outros agentes da atividade de trabalho.



Figura 6 Riscos capazes de originar alterações músculo-esqueléticas (Fonte: <http://media.osha.europa.eu/napo/film/napo-008-lighten-the-load-episode-003-divide-and-rule.jpg>)

Risco psicossocial e organizacional

Os riscos psicossociais têm a sua origem no complexo âmbito da organização do trabalho e, embora as suas consequências negativas para a saúde não sejam tão evidentes como as dos acidentes de trabalho ou as doenças profissionais, também podem ter uma relevância notável. Manifestam-se através de problemas como o absentismo, a rotação de pessoal, os defeitos de qualidade ou o *stress* que, em conjunto, representam importantes custos tanto em termos de saúde para as pessoas, como económicos para a empresa.

Os factores psicossociais segundo o método de Ista21 podem ser definidos como "aquelas caraterísticas das condições de trabalho e, sobretudo, da sua organização que afetam a saúde das pessoas através de mecanismos psicológicos e fisiológicos a que também chamamos de *stress*".

O *stress* como risco aparece quando a situação de alerta se prolonga no tempo, impedindo o organismo de se relaxar e, portanto, ficando num estado contínuo de tensão. Esta situação mantida no tempo pode dar lugar a todo tipo de alterações no organismo.

Também o *stress* no trabalho foi definido pelo método de Ista21 como "o conjunto de reações emocionais, cognitivas, fisiológicas e do comportamento a certos aspetos adversos ou nocivos do conteúdo, da organização ou do ambiente de trabalho".

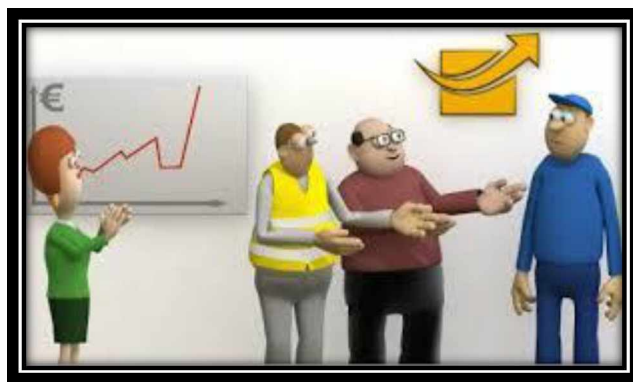


Figura 7: Riscos Psicossocial e Organizacional (Fonte: http://www.4work.pt/cms/uploads/pics/loais_de_trabalho_seguros_e_saudaveis_1.JPG)

ANEXO III

Medidas de prevenção e proteção dos fatores de risco

As medidas de prevenção e proteção são fatores atenuantes para evitar o acidente de trabalho, como tal implantamos as seguintes medidas:

Prevenção Técnica

- Conceção e organização dos métodos de trabalho;
- Controlos técnicos;
- Equipamentos adequados;
- Pprocessos de manutenção;
- Redução ao mínimo do número de trabalhadores expostos ou susceptíveis de estarem expostos;
- Adoção de medidas de higiene adequadas;
- Utilização de processos de trabalho adequados, nomeadamente, disposições que assegurem a segurança durante o manuseamento, a armazenagem e o transporte dos agentes químicos perigosos e dos resíduos que os contenham;
- Adoção de medidas de proteção individual e, se não for possível, evitar a exposição por outros meios.

Prevenção Médica

Realização de exames de saúde, de admissão, periódicos e ocasionais:

- Exames periódicos: dependentes do agente, das características, da exposição, da atividade profissional e do próprio trabalhador (idade, sexo, gravidez, entre outros.).
- Exames ocasionais: sempre que o médico o entenda, na sequência do aparecimento de um problema na saúde do trabalhador.

Execução de procedimentos individuais de saúde:

- Registos da história clínica e profissional;
- Avaliação individual do estado de saúde;
- Vigilância biológica;
- Rastreamento de efeitos precoces e reversíveis.

Formação e Informação dos Trabalhadores

Aos trabalhadores deve ser assegurada formação e informação adequadas sobre:

- Identificação dos perigos;
- Resultados obtidos na avaliação de riscos;
- Valores limite de exposição profissional e outras disposições legislativas aplicáveis;
- Ficha de dados de segurança das substâncias utilizadas;
- Precauções a tomar para evitar a exposição aos riscos existentes;
- Normas de higiene: proibição de comer, beber ou fumar no local de trabalho;
- Utilização dos equipamentos de protecção individual;
- Medidas de actuação em caso de incidentes.

Na forma de:

Instruções escritas:

- ✓ Procedimento de boas práticas, nomeadamente actuação em caso de acidente ou incidentes graves;
- ✓ Afixação de cartaz.

ANEXO IV

Sanidade

A manutenção de um bom estado sanitário é o principal requisito e o mais acessível para um bom funcionamento dentro de um centro de recuperação. Para tal, deverá ser sempre garantida assistência e aconselhamento médico-veterinário aos animais. No conjunto de medidas que asseguram e protegem a saúde dos animais, incluem-se a boa higiene, bom manejo e ventilação eficiente, bem como um programa profilático adequado. Os tratadores devem ter experiência ou formação nesta área que deve incluir administração de medicamentos, profilaxia de doenças, partos, prevenção e tratamento de parasitas internos e externos etc. (CAP.2009)

Para além disso, a capacidade de reconhecer alguns sinais clínicos das principais doenças também constitui uma mais-valia para o centro de recuperação. Os animais que derem entrada com ferimentos se não reagirem aos tratamentos deve ser obtido aconselhamento veterinário o mais rapidamente possível (CAP.2009).

O equipamento utilizado na dosagem, vacinação e tratamento deve ser sempre mantido a um nível operacional satisfatório. Quando necessário, o tratador deve também receber formação no uso e manutenção do equipamento para a dosagem e tratamento. Todos os tratadores deverão estar familiarizados com o comportamento normal dos animais e despistar qualquer sinal de sofrimento ou doença (CAP.2009).

É importante que os tratadores disponham do tempo suficiente para inspeccionar os animais, verificar o equipamento e resolver qualquer problema que possa surgir inesperadamente (CAP.2009).

ANEXO V

Biossegurança

A Biossegurança significa a redução do risco de doença infecciosa (bacteriana, vírica, fúngica ou parasitária) ou contágio entre animais e os tratadores desempenham um papel fundamental nesta prevenção. A Biossegurança pode ser obtida através de:

- ✓ Uma eficiente gestão do centro de recuperação;
- ✓ Uma eficaz higiene e desinfecção;
- ✓ Da entrada de animais que terão obrigatoriamente que ficar em quarentena;
- ✓ Redução do *stress* nos animais;
- ✓ Existência de sistemas eficazes de controlo da doença como programas de vacinação e desparasitação (CAP.2009).

De uma eficaz Biossegurança resultam:


- ✓ Centros de recuperação mais seguros contra a introdução de novas doenças infecciosas;
- ✓ Minimização de doenças que possam disseminar-se na própria unidade instalação.

Os animais que chegam ao centro de recuperação representam um risco para a saúde dos restantes animais, pelo que devem existir, sempre que possível, instalações de quarentena, para que os animais, que entram para o interior do centro de recuperação, possam ser isolados e observados por período adequado, antes que se juntem aos restantes. Só visitas de carácter excepcional deverão entrar dentro das câmaras de recuperação, devendo seguir os procedimentos de desinfecção e usar roupa e calçado da unidade (Kit de visitante). A saúde e bem-estar dos animais dependem da sua inspeção/supervisão regular (CAP.2009).

Todos os animais mantidos em centros de recuperação, cujo bem-estar dependa de cuidados humanos frequentes, devem ser inspeccionados pelo menos uma vez por dia e os mantidos noutros sistemas serão inspeccionados com a frequência necessária para evitar qualquer sofrimento desnecessário (CAP.2009).

ANEXO VI

Ficha de registo

 **CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ANIMAIS SELVAGENS DE SANTO ANDRÉ**
Moinho Novo da Galiza Tel: 269 744 133 Telex: 96 7023095 E-Mail: quercus-NRLA@sapo.pt
7500-022 SANTO ANDRÉ

Registo de entrada

Nº Ficha ____ / ____ Marca nº ____ Data ____ / ____ / ____
 Espécie ____ Nome Vulgar ____
 Sexo M ☐ F ☐ Idade ____ (Juv/imat/subad/ad/?)
 Novo ☐ Reentrada ☐ Anilha nº ____ Transferido ☐ Centro ____
 Entregue por: ____ Entidade ____ Data ____ / ____ / ____

Captura/Recolha Data ____ / ____ / ____	Destino
Local ____	Libertação <input type="checkbox"/> Local ____
Concelho ____	Marca ____
UTM (10X10 ou 1X1) ____	Transferência <input type="checkbox"/> Local ____
Recolhida por: ____	Fuga <input type="checkbox"/>
Entidade: ____	Morta <input type="checkbox"/> Causas: Eutanásia <input type="checkbox"/>
Contacto ____	Ass: ____
Causas	Outras <input type="checkbox"/>
Tiro <input type="checkbox"/>	Destino do cadáver
Pilhagem <input type="checkbox"/>	Congelado <input type="checkbox"/> Taxidermia <input type="checkbox"/> Destruido <input type="checkbox"/>
Petróleo <input type="checkbox"/>	Estudos científicos <input type="checkbox"/> Local ____
Electrocussão <input type="checkbox"/>	Notas: ____
Intoxicação/Envenenamento <input type="checkbox"/>	____
Atropelamento <input type="checkbox"/>	Irrecuperável Data ____ / ____ / ____
Colisão <input type="checkbox"/>	Notas: ____
Juvenil (queda/crias/incapacidade de voo) <input type="checkbox"/>	Causas:
Doença <input type="checkbox"/>	Asa(s) amputada <input type="checkbox"/> Asa(s) afuncional <input type="checkbox"/>
Debilidade <input type="checkbox"/>	Pata(s) amputada <input type="checkbox"/> Pata(s) afuncional <input type="checkbox"/>
Outras <input type="checkbox"/>	Cego <input type="checkbox"/> olho(s) <input type="checkbox"/> Domesticada <input type="checkbox"/>
Desconhecida <input type="checkbox"/>	Outras <input type="checkbox"/>
Cativeiro <input type="checkbox"/>	Ass. Veterinário ____
	Ass. Resp. CRASSA ____
Observações:	
Nome: ____	Responsável: Dário Cardador

Exame Clínico					
Peso inicial _____		Temperatura _____			
Estado de nutrição _____					
Grau de hidratação _____					
Frequência cardíaca _____			Frequência respiratória _____		
Estado da plumagem _____			Comportamento _____		
Olhos e ouvidos _____			Cabeça _____		
Bico _____		Patas/Garras _____			
Corpo _____		Asas _____			
Existência de parasitas _____			Fezes _____		
Observações sobre o estado geral _____					
Exames complementares _____					
Medicação a administrar					
Período	Medicamento		Via	Dose	Frequência
Fluido a administrar				Limpeza das feridas	
Fluidos	Via	Volume	Frequência	Duração	Frequência
Outros Tratamentos					
Alimentação					
Data	Tipo	Quantidade	Forma de alimentar	Frequência	Suplementos alimentares

ANEXO VII

Higiene e Limpeza

As instalações devem poder ser facilmente higienizadas, possuir paredes e pavimentos lisos, ser impermeáveis e preferencialmente de cores claras. Os materiais utilizados na construção devem poder ser limpos e desinfectados a fundo. Os tectos devem ser de fácil limpeza e não permitir a acumulação de sujidade ou bolor. As portas devem permitir a sua fácil higienização e apresentarem um bom estado de conservação, nomeadamente sem ferrugens. O pavimento deve evitar a acumulação de água. Dever-se-á ainda providenciar a existência de água potável, de preferência quente e fria, que permita efectuar a higienização das instalações e dos equipamentos, dos animais, quando necessário, e dos trabalhadores. Os alojamentos devem ser limpos e desinfectados periodicamente, com desinfectantes autorizados (consultar lista de desinfectantes autorizados pela Direcção-Geral de Veterinária).

Dever-se-á evitar a existência de poças de água, níveis elevados de poeiras, teias de aranha e sujidade no interior das “salas”. Os excrementos devem ser retirados com frequência. Deve-se estabelecer um programa de biossegurança e de higiene das salas e das câmaras de voo. Os locais, equipamento e utensílios que estejam em contacto com os animais devem ser regular e cuidadosamente limpos e desinfectados, bem como na altura do vazio sanitário ou antes da introdução de novos animais. Quando os animais saírem para libertação, dever-se-á realizar o vazio sanitário dos “recintos”. Deve proceder-se a uma correcta limpeza e desinfeção dos “recintos”. Finda esta tarefa, estes devem permanecer vazios, pelo menos duas semanas.

(6)

Higiene instalações, equipamentos e utensílios

Todos os produtos utilizados na limpeza, desinfeção e lubrificação de instalações, equipamentos e utensílios são adequados para o fim pretendido, não transmitem sabor nem odor aos produtos, são registados pelo órgão competente, identificados e guardados em local específico, fora das áreas de processamento dos alimentos (Oliveira K, 2009).

Toda a área de processamento e os equipamentos e utensílios são limpos com a frequência necessária e desinfetados sempre que as circunstâncias assim o exigirem (Oliveira K, 2009).

Quando da limpeza, desinfecção e lubrificação das áreas de processamento e dos equipamentos e utensílios, são tomadas todas as medidas necessárias para impedir a contaminação dos alimentos com detergentes, desinfetantes, lubrificantes e outros (Oliveira K, 2009).

As atividades de limpeza e desinfecção são realizadas por funcionários capacitados e conscientes dos perigos e riscos da contaminação, e seguem programas descritos em manuais específicos (Oliveira K, 2009).

Nas dependências do estabelecimento, todo o lixo é manipulado e removido de maneira que se evite a contaminação dos produtos destinados à alimentação animal e da água (Oliveira K, 2009).

Dentro do perímetro do estabelecimento, áreas internas e externas, não há animais e são tomadas as medidas necessárias para impedir o acesso destes (Oliveira K, 2009).

ANEXO VIII

Processo de higienização

A escolha dos produtos depende de:

- Tipo de procedimento que pretendemos realizar (se vamos lavar, ou se é necessário lavar e posteriormente desinfetar).
- Tipo de superfície que vamos higienizar (equipamento, material clínico, pavimento).
- Características do material (se é metálico ou não metálico, inox ou outro tipo de material).

Frequência da higienização

A periodicidade de execução dos procedimentos de higienização de superfícies, materiais e equipamentos, deverão ser adequados às necessidades, tendo em vista a correcta higienização da unidade.

Método de higienização

Tão importante é o procedimento, como o modo como este se realiza. Para realizar a higienização da unidade, o profissional deverá:

- Usar equipamento de protecção individual adequada;
- Usar material adequado ao procedimento e à área a higienizar (baldes, panos, rodo, sacos e outros); Remover da unidade todo o material clínico, resíduos e roupas contaminados e/ou desnecessários à continuidade do tratamento;
- Preparar diluição correcta para a lavagem e substituir águas entre salas;
- Iniciar a lavagem pelas superfícies altas (de cima para baixo) e posteriormente os pavimentos (da zona mais limpa para a mais suja), do fundo da sala para a porta.
- Superfícies altas e pavimentos deverão ser desinfectados em situações de:
 - ✓ Derrame de fluidos;
 - ✓ Derrame de medicamentos;
 - ✓ Desinfecção periódica/programada.

- Lavar e desinfectar todo o material utilizado, deixando-o a secar invertido.

Recomendações

... “Mais vale uma boa lavagem, do que uma má desinfeção”...

- ✓ Lavar antes de desinfetar.
- ✓ Nunca juntar detergente e desinfetante.
- ✓ Nunca juntar água quente ao desinfetante pastilhas (Presept®).
- ✓ Nunca juntar água ao Hipoclorito de Sódio a 1%.
- ✓ Depois de desinfetar com Hipoclorito de Sódio a 1%, de preferência deve passar a superfície com água limpa.

Limpeza

A limpeza consiste no processo de remoção da sujidade por meios químicos, mecânicos ou térmicos, efectuada às instalações (incluindo pavimento, janelas, tecto, varandas, mobiliário, equipamentos e outras estruturas similares) num determinado período de tempo.

Neste âmbito, os meios de limpeza podem ser caracterizados da seguinte forma:

Meio químico: é proveniente da acção de produtos com propriedades de dissolução, dispersão e suspensão da sujidade.

Meio mecânico: é proveniente da acção obtida pelo acto de esfregar manualmente ou pela pressão de uma máquina de lavar, no sentido de permitir remover a sujidade.

Meio térmico: é proveniente da acção do calor, o qual reduz a viscosidade da gordura, tornando-a mais fácil de remover. Sempre que a temperatura for alta e aplicada em tempo suficiente, ela também poderá ter, por si só, uma acção desinfetante ou esterilizante.

Assim, não se espera que diferentes superfícies (ex: pele de um sofá, paredes ou pavimento) recebam o mesmo meio/tipo de limpeza, mas sim que cada superfície seja limpa com a utilização do método e do produto mais adequado, com vista a prevenir a infeção associada aos cuidados de saúde.

Por outro lado, uma mesma superfície poderá carecer de uma diferente frequência de limpeza, o que depende da sua utilização, facto que deverá ser considerado no processo de gestão e planeamento do serviço de limpeza.

A limpeza tem várias funções, que se podem sintetizar em duas vertentes distintas:

Vertente microbiológica: consiste na remoção de grande parte dos microrganismos e da matéria orgânica que favorece a sobrevivência e proliferação desses microrganismos, o que contribui para uma maior segurança;

Vertente não microbiológica: consiste em manter a aparência cuidada, restabelecer a função e evitar a deterioração das superfícies.

De acordo com a abrangência e objectivos a atingir, podem estabelecer-se diferentes frequências de limpeza:

Limpeza corrente: é aquela que se realiza diariamente, e que inclui a limpeza e a arrumação simplificadas.

Limpeza de conservação ou semanal: é a limpeza que embora não necessite de ser realizada todos os dias, pela sua importância na conservação de um bom ambiente, não deve ser descurada, devendo por isso ser realizada pelo menos uma vez por semana.

Limpeza imediata: é aquela que é realizada quando ocorrem salpicos e/ou derrames (ex: sangue ou outra matéria orgânica) em qualquer período do dia, podendo ser solicitada pelos profissionais de saúde ou sempre que constatada pelo funcionário do serviço de limpeza.

Limpeza global: trata-se de uma limpeza mais completa e de fundo, que contempla estruturas por vezes de difícil acesso e/ou limpeza. Recomenda-se ainda, para que se obtenha uma adequada limpeza das superfícies, a lavagem com água quente e detergente. A frequência da limpeza, como se pode constatar no Quadro 1, é estipulada de acordo com a classificação das áreas. No entanto, as técnicas de limpeza e os produtos empregues, para cada tipo de material, são sempre iguais em qualquer área da Unidade de Saúde, quer seja considerada ou não área crítica.

Quadro 1: Prioridade e frequência mínima de limpeza de acordo com o risco de infeção.

Área		Prioridade da Limpeza	Frequência Mínima				
			Limpeza Corrente	Limpeza de Conservação		Limpeza imediata	Limpeza Global
Crítica	GERAL	Elevada	É efectuada duas a três vezes por dia.	É efectuada uma vez por semana.		É efectuada sempre que ocorram situações de derrame ou salpicos de sangue ou outra matéria orgânica	É efectuada mensalmente
	ESPECÍFICA		O plano de limpeza e desinfecção de cada área deve referir a frequência e definir o momento de limpeza (ex: salas de tratamentos) devem ser limpas no final de cada cirurgia)	O plano de limpeza e desinfecção de cada área deve referir a frequência e definir o momento de limpeza.			O plano de limpeza e desinfecção de cada área deve referir a frequência e definir o momento de limpeza
Semi-Crítica	GERAL	Média	É efectuada duas vezes por dia	É efectuada uma vez por semana			É efectuada de dois em dois meses
	ESPECÍFICA		É efectuada após a remoção dos contentores/ sacos de resíduos hospitalares				É efectuada de dois em dois meses
Não-crítica		Baixa	É efectuada uma vez por dia	É efectuada uma vez por semana			É efectuada de seis em seis meses

Fonte: Dos autores com base em Yamaushi, N. I.; Lacerda, R.A.; Gabrielloni M.C. in Fernandes A.T. (2000)

A principal distinção entre a limpeza corrente da “área crítica geral” e da “área semi-crítica geral” reside na limpeza que é realizada a meio do dia, uma vez que neste período, e somente neste, poderá existir um menor número de zonas a limpar.

Exemplo de uma limpeza corrente a meio do dia:

Área crítica geral: A limpeza da sala de tratamentos inclui chão, marquesa, superfícies de trabalho, mobiliário, equipamentos, utensílios, lavatório e sua (s) torneira (s) e manípulo (s) de porta (s), assim como o despejo de resíduos e a limpeza dos contentores/recipientes.

Área semi-crítica geral: A limpeza corrente da sala de injectáveis inclui somente a marquesa, superfícies de trabalho e o despejo de resíduos e a limpeza dos contentores/recipientes.

No sentido de facilitar o entendimento relativo às áreas que deverão ser englobadas nos vários tipos de limpeza, apresenta-se uma síntese no Quadro 2.

Quadro 2: Frequência da limpeza das diferentes áreas e equipamentos.

Limpeza corrente (2 a 3 x dia)	Limpeza de Conservação (1xsemana)	Limpeza global (1xmês)
<ul style="list-style-type: none"> - Escadas e corredores - Vidros de portas e guichets - Mobiliário (ex: mesas, cadeiras e secretárias) - Equipamento (ex: suportes de soro, computadores, candeeiros de mesa, telefones, contentor de resíduos, etc) - Balcões de apoio e bancadas de trabalho - Manipulos de portas - Corrimãos - Botões e interruptores - Zonas de lavagem de material e equipamento - Instalações sanitárias (nomeadamente lavatório, torneiras, sanita, base de duche/banheira e manípulo do autoclismo) - Pavimento (com água quente e detergente) 	<ul style="list-style-type: none"> - Rodapés - Gavetas e prateleiras/ estantes - Capachos (lavagem) - Cortinas¹(lavagem) - Maples e sofás (aspiração para tecidos e lavagem para napas) - Pavimento (só com água quente) - Varandas - Contentores (lavagem) 	<ul style="list-style-type: none"> -Vidros de janelas e estores/persianas - Paredes - Portas e ombreiras - Sistema de ventilação e respectivas grelhas² - Tecto - Globos, pontos de luz e respectivas caixas - Canalizações altas e calhas técnicas - Pavimento (enceramento e vitrificação)

Desinfeção

A desinfeção consiste num processo de destruição ou inativação de microrganismos na forma vegetativa (geralmente não actua nos esporos bacterianos) em superfícies inertes, mediante a aplicação de agentes químicos ou físicos. Os desinfetantes, como antimicrobianos, exigem que os utilizemos de forma criteriosa, pelo que não se aconselha a sua utilização, por rotina, na desinfeção de superfícies (ex: pavimento), uma vez que o seu uso frequente promove a sua rápida recontaminação.

Desinfetante: Agente químico capaz de destruir os microrganismos nos objetos inanimados (materiais, equipamentos ou superfícies) ou de reduzi-los para níveis não prejudiciais à saúde.

Anti-séptico: Agente químico capaz de destruir ou inibir o crescimento microbiano nos tecidos vivos.

Antissepsia: Destruição ou inibição de microrganismos utilizando o anti-séptico.

Detergentes e desinfetantes

Em termos gerais, considera-se inaceitável a utilização de:

- Detergentes em pó;
- Produtos cerosos derrapantes;
- Detergentes e desinfetantes pré-diluídos ou que estejam fora das suas embalagens de origem;
- Produtos de limpeza ou de desinfectação que estejam sem ficha de segurança.

Detergentes

Considera-se que os detergentes são substâncias tensoactivas, solúveis em água e dotadas de capacidade de emulsionar gorduras e manter os resíduos em suspensão, facilitando desta forma a remoção da matéria orgânica das superfícies. São geralmente utilizados para a limpeza de pavimentos, equipamentos, utensílios e superfícies de trabalho.

Os detergentes a utilizar devem cumprir os requisitos, que são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Principais requisitos dos detergentes.

Requisitos
<ul style="list-style-type: none">- Estar devidamente rotulado¹ e identificado na embalagem de origem;- Trazer indicações precisas de diluição;- Ser diluído somente no momento em que vai ser utilizado;- Ser utilizado na dose correcta (com a utilização de doseadores) e de acordo com as instruções do fabricante;- Ser biodegradável;- Ser adequado² à (s) superfície (s) em que vai ser utilizado;- Ser preferencialmente não iónico (pois produz menos espuma);- Ter pH neutro ou ligeiramente alcalino;- Manter-se fechado até ao início da sua utilização e sempre que não esteja a ser utilizado.

É ainda de realçar, que os detergentes não devem:

- Conter desinfetantes, nomeadamente do grupo dos fenóis por serem considerados poluentes para o meio ambiente;

- Ser adquiridos em embalagens muito grandes, sendo considerado razoáveis as embalagens que têm até 5 litros;
- Ser irritantes para as vias respiratórias ou outros alergenicos;
- Ser corrosivos;
- Estar associados a um desinfetante, com exceção das situações que assim o exijam, como é o caso das instalações sanitárias, em que está recomendado o uso da utilização de detergente que contenha desinfetante. Existem atualmente no mercado produtos que têm incorporado detergente e desinfetante, evitando assim as situações graves de incompatibilidade.

Desinfetantes

Não se recomenda o uso de desinfetantes por rotina. Assim, para o chão e outras superfícies com grande utilização por parte de utentes e profissionais, está apenas aconselhada a sua lavagem com água quente e detergente.

Por este motivo, os desinfetantes devem ser utilizados exclusivamente nas situações de derrame/salpico de sangue ou de outra matéria orgânica. Nestas situações, o desinfetante que deverá ser utilizado é o hipoclorito de sódio (lixívia) a 1% de cloro livre ou o dicloroisocianurato de sódio (grânulos ou pastilhas). As superfícies que servem de apoio à preparação de medicamentos e de técnicas que requerem assepsia, no início da atividade e entre procedimentos, deverão ser desinfetadas com álcool a 70%.

No que diz respeito à utilização de desinfetantes, devem ser tomadas em consideração as regras de segurança que constam no Quadro 4.

Quadro 4: Regras de segurança na utilização dos desinfetantes.

Regras de Segurança
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a composição do produto empregue;- Respeitar as recomendações de emprego, doses, diluições e incompatibilidades;- Utilizar sempre o equipamento de protecção individual preconizado para o manuseamento destes produtos;- Lavar imediatamente e abundantemente com água se a pele ou mucosas forem atingidas por projecções do produto;- Limpar sempre o recipiente em que se diluiu ou utilizou o desinfetante;- Respeitar o tempo de conservação da diluição utilizada;- Manter as embalagens das soluções desinfetantes fechadas quando não estão a ser utilizadas;- Nunca utilizar produtos que não sejam autorizados pela Comissão de Controlo de Infecção (CCI).

Fonte: Dos autores com base no Manual de Procedimentos – Limpeza e descontaminação das instalações do Centro de Saúde (2002) da Comissão de Controlo da Infecção da Sub-Região de Saúde de Lisboa

ANEXO IX

Equipamento de proteção individual para os profissionais de limpeza

Os profissionais que são responsáveis pela limpeza e desinfecção das instalações, devem estar protegidos durante a execução das suas atividades pelos equipamentos de proteção individual que constam no Quadro 5, com as especificidades que são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 5: Equipamentos de proteção individual a utilizar na limpeza e desinfecção.

EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL						
	Luvas de borracha ou de "ménage"	Farda/Bata	Avental de plástico	Óculos	Calçado (próprio)	Máscara
Limpeza	X	X		X	X	
Desinfecção	X	X	X	X	X	X

Salienta-se, que as luvas constituem uma barreira de defesa eficaz no contato com os produtos de limpeza, em especial nos contatos prolongados com os desinfetantes, detergentes com ação corrosiva, decapantes, cera ou outro produto químico que possa potencialmente causar dano ao seu utilizador, pelo que é fundamental respeitar a sua utilização.

Assim, é indispensável a utilização de luvas adequadas sempre que se realizem trabalhos de risco, nomeadamente:

- ✓ No manuseamento de produtos contaminados ou suspeitos de contaminação incluindo materiais/equipamentos de limpeza;
- ✓ Na limpeza de áreas sujas e contaminadas;
- ✓ Na limpeza de pavimentos, materiais e equipamentos de médio e alto risco;
- ✓ No manuseamento de materiais corto-perfurantes;
- ✓ Durante a manipulação/aplicação de produtos agressivos para a pele (detergentes, desinfetantes e outros).

É de referir, que todo o equipamento de protecção individual deverá ser substituído assim que apresente sinais de deterioração.

Quadro 6: Especificações do equipamento de proteção individual.

Equipamento de proteção individual	Especificações
Farda	<ul style="list-style-type: none"> - Deve possibilitar a liberdade de movimentos do profissional e ser sempre usada sem roupa do exterior por baixo. - Não pode ser utilizada fora das instalações do Centro de Saúde e deverá ser somente utilizada durante o período de trabalho. - Deve ser mudada diariamente e sempre que necessário.
Calçado	Deve ser confortável, fechado e com sola antiderrapante, preferencialmente com cunha ou salto estável de mais ou menos três centímetros.
Luvas	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ter cores diferentes de acordo com a área a limpar (à semelhança do código de cores dos panos). - Devem ser lavadas exteriormente antes de serem removidas das mãos, de acordo com a técnica recomendada no Anexo 2. De seguida devem ser lavadas na superfície interna (do avesso) e postas a secar (para escorrer) ou secas com toalhetes de papel. - Não é permitido que o pessoal mantenha as luvas usadas na limpeza, no manuseamento de equipamentos limpos. Não é igualmente permitido que o pessoal circule de luvas calçadas.
Avental	- Deve ser de plástico, de uso único e colocado por cima da farda.
Óculos de proteção	- Nas situações de aplicação de desinfetantes deverão ser utilizados óculos de proteção para prevenir lesões oculares em situações de salpicos ou de vapores.
Máscara	- Nas situações de aplicação de desinfetantes deve ser utilizada máscara resistente à penetração de fluidos

Fonte: Dos autores com base na publicação da Direcção-Geral da Saúde (2007) - Higieneização do Ambiente nas Unidades de Saúde – Recomendações de Boa Prática

ANEXO X

Livro de registo de medicamentos

A legislação em vigor determina a obrigação de manter actualizado um registo de medicamentos ou de alimentos medicamentosos utilizados nos animais, onde devem ser averbadas, por ordem cronológica, pelo menos as seguintes informações:

- Data do tratamento;
- Identificação do animal ou grupo de animais tratados;
- Motivo ou natureza do tratamento;
- Nome do medicamento veterinário/alimento medicamentoso e quantidade administrada;
- Intervalo de segurança;
- Identificação de quem administrou o medicamento (CAP – 2009).

Também existe a obrigatoriedade de arquivo nos centros de recuperação dos duplicados das receitas médico veterinárias e das requisições, devendo ser informada a DGV de eventuais situações de extravio. Este registo deve ser efectuado em livro ou suporte informático e terá de estar disponível pelo menos durante 5 anos. Quando o registo é mantido em suporte informático devem ser elaborados relatórios, pelo menos trimestrais, impressos e mantidos no centro de recuperação devidamente assinados pelo detentor e, quando exigido, pelo médico veterinário responsável pelo centro.

É igualmente obrigatório o arquivo dos duplicados das receitas médico-veterinárias normalizadas e das requisições, sendo necessário informar a DGV em caso de extravio. Os registos são fundamentais para que se consiga um bom manejo e produtividade dos animais e devem estar sempre presentes no centro de modo a serem facilmente consultados (CAP – 2009).

ANEXO XI

Gestão de resíduos

O responsável pelo centro de recuperação deverá ter uma preocupação com a gestão dos resíduos do centro, quer se trate dos efluentes, quer de resíduos de fito fármacos e de medicamentos de uso veterinário, quer dos restantes resíduos do centro (CAP – 2009).

Efluentes

Quanto aos efluentes, dever-se-á proceder, sempre que possível, à sua valorização, isto é, espalhá-los no solo como fertilizante orgânico, nos jardins do centro. Este procedimento pressupõe que exista capacidade de armazenamento, através de fossas ou de nitreiras, por exemplo, para que se possa evitar o espalhamento nos meses mais chuvosos. Este armazenamento, assim como o espalhamento, deverão ter sempre em conta as águas superficiais e subterrâneas e evitar a sua contaminação. Deve ser cumprida a legislação em vigor sobre esta matéria (CAP – 2009).

Valormed

Este sistema, que também existe para a recolha de embalagens de medicamentos humanos, destina-se a assegurar a recolha e a valorização de resíduos de embalagens vazias de medicamentos veterinários ou que se encontrem fora de uso e de produtos de uso veterinário (CAP – 2009).

Existem locais apropriados de armazenagem intermédia, onde este tipo de resíduos poderá ser depositado, cabendo depois à VALORMED a sua recolha e tratamento (CAP – 2009).

Cadáveres

É proibido o abandono de cadáveres de animais mortos nos centros de recuperação, por isso todos os animais são reencaminhados para o canil Municipal de Odemira que posteriormente seguem para a incineração (CAP – 2009).

